



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA -  
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA  
AMÉRICA LATINA**

**O DEBATE DA GESTÃO ECONÔMICA EM CUBA (1963-1964)  
APORTES SOBRE A TRANSIÇÃO SOCIALISTA**

**ROBERT LUCIANO ASSOLARI EUZEBIO**

Foz do Iguaçu  
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA - SOCIEDADE,  
ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**O DEBATE DA GESTÃO ECONÔMICA EM CUBA (1963-1964)  
APORTES SOBRE A TRANSIÇÃO SOCIALISTA**

**ROBERT LUCIANO ASSOLARI EUZEBIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Maíra Machado Bichir

Foz do Iguaçu  
2024

ROBERT LUCIANO ASSOLARI EUZEBIO

**O DEBATE DA GESTÃO ECONÔMICA EM CUBA (1963-1964)**  
APORTES SOBRE A TRANSIÇÃO SOCIALISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maíra Machado Bichir  
UNILA

---

Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero  
UNILA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aline Marcondes Miglioli  
UNICAMP

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Aos Assolari, aos Euzebio, e em especial, à  
Claudia.

Nós não escolhemos o lado fácil da história.

## AGRADECIMENTOS

Nunca pensei ou carreguei a pretensão de ingressar e me graduar em uma universidade pública, mas consegui, pois assim, meu primeiro agradecimento vai aos meus avós. Os paternos, Luzia e Sebastião, e os maternos, José e Iracema, nem os Euzebios ou os Assolaris, por mais de 100 anos trabalhando em lavouras no norte do Paraná tiveram condições de ingressar em uma universidade pública, deixo aqui meu agradecimento a vocês e a todos da família (tios, primos, etc.) pelos esforços que fizeram isso ser possível um dia.

Agradeço à minha mãe Rosana Assolari, por todo esforço, carinho e amor que me deu ao longo de toda minha vida, tenho certeza que sem seu esforço para meus estudos, mesmo trabalhando exaustivamente, nada seria possível. Ao meu pai Luciano Euzebio, por toda atenção, carinho e suporte financeiro que pode me oferecer ao longo da vida. À minha irmã Lara, pelo carinho, inspiração e felicidade que você me traz. Às minhas pets Mel e Cindy por toda companhia e carinho que me deram durante as horas de escrita deste trabalho.

Aos meus sogros, Fátima Alves e Claudio Delfino, que em pouco tempo se tornaram minha família e foram meus pais em Foz do Iguaçu, por todo carinho e suporte que tiveram ao longo desses anos de convívio.

À minha orientadora Maíra Bichir, por toda inspiração e sabedoria em cada aula, debate ou conversa que tivemos, desde do projeto de iniciação científica até o TCC você foi essencial! Fico muito feliz em saber que uma pesquisadora referência de quando ingressei na UNILA, é hoje também uma amiga querida, muito obrigado!

Aos professores do curso Flavio Gaitán, Élen Schneider, Victória Darling, Marcelino Lisboa, Rogério Giugliano e Fernando Prado a qual sempre foram cuidadosos em apresentar a melhor aula possível, mesmo durante a pandemia, lembrarei com carinho cada aula e ensinamentos de vocês. Em especial, gostaria de agradecer ao professor Fernando Romero, o maior influenciador desta pesquisa, pelo grande aporte teórico e excelentes aulas que tivemos.

Ao Grupo de Estudos Marxismo e Política (GEMP), a quais fazem/fizeram parte Marina, Ana, Sofia, Ruan, Rômulo, Rodrigo, Gilka, Eduardo, Eduardo, Marcus, entre tantos outros, agradeço a cada um vocês pelo carinho, apoio e sabedoria. O GEMP é muito mais que um grupo de estudo, é um lugar de acolhimento muito especial!

Aos camaradas da juventude: Julia Flores, Gustavo Andrade, Gustavo Alves, Henrique, Carol, Léo, Danielly, Amanda, Erika, Jana, Alan, entre outros camarada a qual tive o prazer de militar ao lado, agradeço por todo encontro, debate e trabalho fraterno que realizamos juntos, de nada serve a pesquisa se não há práxis, com todas as divergências e diferentes pensamentos que debatemos ao longo dos anos, compreendo que esta pesquisa é fruto da vontade de modificar a realidade em que vivemos e a militância me mostrou isso.

Aos colegas de curso ou de instituto ou de UNILA, a qual me tornei amigo ao longo desses quatro anos, Stephan, Hernán, Elian, Yasmin, Akal, Olinda, Leo e Henrique, Gabriel, entre outros, vou levar comigo cada debate, piadas, jogos que tivemos.

Aos meus amigos de longa data Ana Júlia, João, Duds, Léo, Thiago, Duda, Gustavo, Gaeta, Julia, por todo carinho, mesmo a distância, que possibilitaram manter a calma e alegria em momentos difíceis.

De forma especial, gostaria de agradecer à UNILA, que com todas as suas contradições, foi onde me encantei pelo pensamento latino-americano, não poderia me formar em Ciência Política e Sociologia em outro lugar.

Por fim, gostaria de agradecer à pessoa responsável por tudo isso ser possível, Claudia Alves. Obrigado por todo carinho, companheirismo e amor durante todo esse tempo, todas as nossas conversas de horas e horas sobre Militarismo, Economia Política, Política Clássica, TMD, Marxismo, Movimento Negro, Movimento Feminista, Movimento Estudantil, Venezuela, PT, UJC, PCB, China, Cuba, entre tantas outras, foram muito especiais. Cada momento de carinho, diversão, passeio ou dificuldade foi importante, te amo.

*Várias chances pra modificar  
Aquilo que eu vejo que não tá legal  
Mas sem disposição, o zero não passa do zero  
Aqui não tem lero-lero, é só ideia mil grau*

**Modificar - Mc Hariel**

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender como se deu o debate sobre a gestão econômica na transição socialista em Cuba de 1963 a 1964. Desta forma, primeiramente analisamos as primeiras formulações marxistas sobre o tema, observando a influência das reformas econômicas soviéticas no caso cubano. A partir das especificidades do caso cubano, construiu-se um debate visando compreender qual sistema de financiamento melhor se adequaria na realidade, surgindo dois modelos de sistema: o Sistema Orçamentário de Financiamento e o Cálculo Econômico. Nessa investigação utilizamos o método qualitativo, visando uma análise em profundidade sobre o tema, e de forma mais específica, a metodologia da história do pensamento, na qual o material empírico da pesquisa é o próprio pensamento. Desta forma, a partir das observações feitas, pudemos perceber que o debate cubano trouxe novos elementos para a teoria marxista em relação à transição socialista, ainda que carregasse consigo novas contradições e impasses a serem resolvidos.

**Palavras-chave:** Che Guevara; Cuba; debate econômico; planificação; socialismo.



## RESUMEN

El presente trabajo busca comprender cómo se dio el debate sobre la gestión económica en la transición socialista en Cuba de 1963 a 1964. De esta forma, primero analizamos las primeras formulaciones marxistas sobre el tema, observando la influencia de las reformas económicas soviéticas en el caso cubano. A partir de las especificidades del caso cubano, se construyó un debate tendiente a comprender qué sistema de financiación mejor se ajustaría a la realidad, surgiendo dos modelos de sistema: el Sistema Presupuestario de Financiamiento y el Cálculo Económico. En esa investigación utilizamos el método cualitativo, buscando un análisis en profundidad sobre el tema, y de forma más específica, la metodología de la historia del pensamiento, en el cual el material empírico de la investigación es el propio pensamiento. De esta forma, a partir de las observaciones hechas, pudimos percibir que el debate cubano trajo nuevos elementos para la teoría marxista en relación con la transición socialista, aunque cargase con nuevas contradicciones e impases a ser resueltos.

**Palabras clave:** Che Guevara; Cuba; debate económico; planificación; socialismo.

## ABSTRACT

This paper seeks to understand how the debate about economic management in the socialist transition in Cuba from 1963 to 1964 took place. In this way, we first analyze the first marxist formulations on the subject, observing the influence of the soviet economic reforms in the cuban case. From the specificity of the cuban case, a debate was built to understand which financing system would best fit the reality, emerging two system models: the Financing Budget System and the Economic Calculation. In this research we use the qualitative method, aiming at an in-depth analysis of the subject, and more specifically, the methodology of the history of thought, in which the empirical research material is the thought itself. Thus, from the observations made, we can see that the cuban debate brought new elements to the marxist theory in relation to the socialist transition, even though it carried with it new contradictions and impasses to be solved.

**Key words:** Che Guevara; Cuba; economic debate; planning; socialism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Isolamento dos setores socialista e capitalista na Rússia	32
<b>Figura 2</b> – Esquema da <i>Acumulação Socialista Primitiva</i>	33
<b>Figura 3</b> – Linha do tempo dos textos elaborados no debate econômico cubano	58
<b>Figura 4</b> – Esquema de organização do Banco Central Cubano em 1964	69

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Divisão de terras cultiváveis na Rússia	28
<b>Quadro 2</b> – Cooperativas e concessões: formas do capitalismo de Estado	31
<b>Quadro 3</b> – Acordos econômicos na viagem de Che Guevara ao bloco socialista em 1960	46
<b>Quadro 4</b> - Os autores do debate econômico em Cuba	49
<b>Quadro 5</b> - Síntese do debate econômico em Cuba 1963-1964	57

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Desequilíbrio de preços entre agricultura e indústria	35
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAV	Associação Geral dos Trabalhadores Alemães
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
BNC	Banco Nacional de Cuba
CE	Cálculo Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
Comintern	Internacional Comunista
DI	Departamento de Industrialização
INRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
Juceplan	Junta Central de Planificação
Minind	Ministério de Indústrias
NEP	Nova Política Econômica
SDAP	Partido Social-Democrata dos Trabalhadores
SOF	Sistema Orçamentário de Financiamento
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1 TRANSIÇÃO ECONÔMICA NA TEORIA MARXISTA.....</b>	<b>20</b>
1.1 OS PRIMEIROS APORTES MARXISTAS SOBRE A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO.....	20
1.2 AS PROBLEMÁTICAS APRESENTADAS NA REVOLUÇÃO RUSSA.....	25
1.2.1 As primeiras medidas na economia da Revolução Russa.....	27
1.2.2 A guerra civil e o “Comunismo de Guerra”.....	29
1.2.3 A NEP, a “crise da tesoura” e as divergências internas na década de 1920..	30
<b>2 A REVOLUÇÃO CUBANA E A TRANSIÇÃO ECONÔMICA SOCIALISTA.....</b>	<b>38</b>
2.1 OS PRIMEIROS ANOS DA REVOLUÇÃO CUBANA.....	39
2.2 O INÍCIO DA PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA EM CUBA.....	41
<b>3 O DEBATE ENTRE SISTEMA ORÇAMENTÁRIO DE FINANCIAMENTO E CÁLCULO ECONÔMICO.....</b>	<b>52</b>
3.1 ANTECEDENTES DO DEBATE: A PLANIFICAÇÃO E AS REFORMAS NO LESTE EUROPEU.....	52
3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DO DEBATE.....	56
3.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE.....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>86</b>
APÊNDICE A – PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA ECONOMIA CUBANA E NO MUNDO SOCIALISTA - DA REVOLUÇÃO AO DEBATE.....	87
APÊNDICE B – CONTRIBUIÇÕES DO DEBATE EM ORDEM CRONOLÓGICA.....	89

## INTRODUÇÃO

Desde o ensino médio iniciei meu interesse em estudar a teoria marxista, já na graduação, a militância no movimento estudantil me trouxe vontade de compreender ainda mais sobre o tema, questionei muitas vezes o porquê passamos horas e horas tentando compreender o modo de produção capitalista, e não nos dedicamos da mesma forma para compreender o socialismo, ocasionando que no momento de uma revolução é possível que não tenhamos acúmulos suficiente sobre a transição socialista. Obviamente, o movimento real não pode ter a teoria transposta do papel, de forma mecanizada, as contradições recorrentes, muitas vezes, alteram o caminho a ser seguido, mas é justamente este ponto que gostaríamos de tocar neste trabalho.

Assim, a pesquisa nasce da vontade de investigar as formulações da teoria marxista dentro de um processo de transição socialista, mais especificamente nasce do despertar que tive na aula sobre “abordagem dos marxistas latino-americanos” em torno da obra de Che Guevara, ministrada pelo professor Fernando Romero. Nesta aula tive o primeiro contato com as obras do debate cubano, e naquele momento compreendi a necessidade de pesquisar sobre um processo com características próprias de uma revolução socialista na América Latina. Em geral, buscaremos defender a necessidade da difusão que este debate deve ter na teoria marxista.

Marx, Engels, Lênin, entre outros marxistas, dedicaram-se a descrever e formular a realidade material da classe trabalhadora nascente durante a expansão capitalista do século XIX. Esses autores indicaram que a dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora levaria a um processo revolucionário da classe dominada. Desta maneira, despertou-se também a necessidade de um debate sobre como ocorreria a tomada do poder do Estado pela classe trabalhadora.

Marx e Engels compreenderam que os trabalhadores ao se revoltarem contra a classe burguesa tomariam o poder do Estado, mas este não teria um fim imediato, e sim deveria ser apropriado pelos trabalhadores junto aos meios de produção (o que formaria a primeira fase do comunismo ou socialismo). Posteriormente, os trabalhadores levariam o Estado ao seu definhamento, resultando no fim da propriedade privada dos meios de produção, e no fim da divisão da sociedade em classes sociais (segunda fase do comunismo).

Todavia, com a tomada do Estado através da revolução socialista em diversos países ao longo do século XX, iniciou-se uma nova série de debates sobre como gerir o

Estado, ao mesmo tempo em que se promove o seu definhamento. Uma das principais questões foi como criar uma economia de transição socialista nesse período. O primeiro lugar a debater essa questão foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo a primeira experiência socialista a tomar o Estado, e possuindo como principais teóricos Vladimir Lênin, Nikolai Bukharin, Ievguêni Preobrajenski. Esses autores, nas primeiras décadas da URSS, formularam pensamentos que seriam debatidos em revoluções socialistas posteriores.

Já na segunda metade do século XX, em Cuba, uma pequena ilha do Caribe que era, até então, um país agroexportador de matéria-prima, iniciou em 1959 uma revolução nacional-democrática contra o governo de Fulgencio Batista, e, após os ataques imperialistas estadunidenses, a revolução ganha o caráter marxista-leninista, em 1961. Todavia, em Cuba, ao contrário do caso soviético, não havia uma grande extensão de terra e nem uma indústria em expansão, o que tornou o tema de como gerir economicamente a ilha ainda mais complexo. Assim, o debate sobre a gestão econômica da transição socialista em Cuba, em seus primeiros anos (não diferente de outros países socialistas), gerou uma série de embates e divergências internas no governo revolucionário e no Partido Comunista Cubano.

Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo contribuir com as análises acerca do debate da gestão econômica na transição socialista em Cuba que ocorreu de 1963 a 1964, o qual levava a cabo a disputa de duas diferentes formas de organização industrial, mais especificamente dois sistemas diferentes de financiamento das empresas socialistas, sendo eles: O Sistema Orçamentário de Financiamento (SOF) e o Cálculo Econômico (CE). Compreendemos que é importante examinar esse fenômeno específico que ocorreu na ilha caribenha, para formular teorias no campo marxista sobre, como avançar o processo revolucionário em outros países. Isso se torna especialmente relevante, uma vez que o tema da transição do capitalismo para o comunismo tem sido central no pensamento marxista, mas o debate, que se intensificou após a revolução cubana, não reflete hoje em dia em uma grande quantidade de estudos públicos feitos por organizações partidárias, que são justamente os órgãos que devem organizar e intensificar a consciência revolucionária na classe trabalhadora para uma possível tomada de poder.

É fundamental examinar os textos formulados pelos agentes do debate nas revistas cubanas da época. Examinaremos principalmente duas revistas cubanas: a *Cuba*



*Socialista*, e a *Nuestra Industria Económica*, para identificar as divergências, os atores envolvidos, as influências externas e os desdobramentos ao longo dos anos de 1963 e 1964. É válido ressaltar que o debate tem um carácter teórico e prático, pois seus agentes teorizavam ao mesmo tempo que colocavam suas teorias em forma de políticas públicas dentro do governo cubano.

Diante dos eventos lançados acima, argumentando que houve uma disputa de pensamento e políticas sobre a transição socialista na economia cubana em um curto período de tempo, que possui desdobramentos até os dias de hoje, nos deparamos com uma série de questionamentos que buscamos responder nesta pesquisa, a partir da metodologia da história do pensamento, compreendendo que realizar uma investigação em torno do debate não se trata apenas de apresentar os argumentos dos autores, mas situá-los dentro de seu tempo histórico, suas localidades, reivindicações e inspirações. Sendo assim a pesquisa está orientada pelas seguintes questões:

Quais foram as principais controvérsias do debate sobre a gestão econômica no início da transição socialista em Cuba? Tais controvérsias já haviam aparecido nos debates sobre a transição de outros países do bloco socialista? Quais elementos são novos? Em que medida as especificidades do capitalismo dependente latino-americano e, mais particularmente cubano, ensejam novas problemáticas ao debate sobre a transição socialista?

Deste modo, visando apresentar de forma orgânica as reflexões apresentadas acima, organizamos os capítulos da presente pesquisa, da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, em seu primeiro item, procuraremos investigar as primeiras formulações de uma transição socialista, buscando entender quais definições sobre como seria a nova sociedade residiam no pensamento de Marx, Engels e Lênin. Já no segundo item deste capítulo, buscaremos entender os primeiros problemas econômicos em uma sociedade socialista surgidos na Revolução Russa, já que se tratou de um debate pioneiro para o movimento comunista. Sobre este debate buscaremos entender quais dinâmicas existiram entre cidade e campo e entre as velhas e novas forças produtivas que compunham essa sociedade. Neste segundo item, dividiremos a análise sobre a revolução russa em três partes: 1) As primeiras medidas econômicas dos bolcheviques; 2) A guerra civil russa e a política do Comunismo de Guerra; 3) A nova política econômica (NEP) e o debate de entre as alas do Partido Bolchevique, sobre qual era o melhor caminho para a economia de transição soviética.

No segundo capítulo, adentrando a questão cubana, buscaremos entender, no

primeiro item, como era estruturada a economia cubana antes da revolução de 1959. Logo em seguida, analisaremos a organização econômica da revolução cubana e sua aproximação com os países socialistas, o início da industrialização da ilha e os primeiros problemas econômicos, a qual levava a diferentes visões sobre o futuro da organização econômica.

No terceiro e último capítulo, em um primeiro momento veremos os debates reformistas nas economias dos países socialistas europeus, que neste caso antecederam e influenciaram o embate em Cuba. Já sobre o debate da gestão econômica de Cuba, buscaremos esmiuçar cada contribuição feita ao longo dos anos de 1963 e 1964, para entender cada personagem participante, e as principais questões e divergências existentes nas duas correntes de pensamento.

Nesta pesquisa aplicamos o método qualitativo, por entender que desta forma conseguiremos compreender os fenômenos presentes no debate em profundidade. Todavia, de maneira específica, a metodologia desta pesquisa está ligada à História das Ideias, e mais particularmente, a História do Pensamento Econômico na Revolução Cubana, dado que o material empírico da pesquisa é o próprio pensamento. Deste modo, deve haver um esforço para que além do pensamento em si, a pesquisa possa situar o espaço-tempo, ainda mais por se tratar de um debate teórico e prático em que todo pensamento escrito se reproduziu em ações na sociedade cubana.

O estudo da história do pensamento é feito a partir das análises dos agentes históricos, é nessas análises que podem ser observados pontos pertinentes para a realidade existente (WOOD, 1978). Assim podemos observar que não há uma separação entre método de coleta e análise, já que se trata de um método ininterrupto onde a busca pelos dados e a análise do pensamento é feita de forma contínua.

As contribuições que servem de dados para esta pesquisa correspondem à série de artigos publicados em Cuba, nas revistas *Cuba Socialista* e na *Nuestra Industria Económica*, durante junho de 1963 a dezembro de 1964, como já comentado. Contudo, durante a investigação para a coleta desses artigos foi verificado que não existe um fácil acesso às publicações originais. Deste modo, a coleta dos dados utilizados para a investigação foi feita através de duas obras, que contém os artigos em torno do debate, são elas: *Textos Econômicos Para a Transformação do Socialismo*, da editora Edições Populares, em língua portuguesa, e a outra *El Gran Debate: Sobre la Economía en Cuba*, da editorial Ocean Sur, em língua espanhola. Além disso, utilizaremos uma série de bibliografias complementares que visam proporcionar uma análise da conjuntura anterior

ao debate, durante o debate e posterior ao debate. Destacamos a contribuição de dois autores, Luiz Bernardo Pericás e Joana Salém Vasconcelos, precursores em relação ao estudo da transição cubana no Brasil.

Portanto, apresentando a partir da metodologia da História das Ideias, faz-se necessário compreender, com base em uma visão marxista e latino-americanista, como ocorreu o debate na transição socialista em Cuba e a sua implicação material no espaço-tempo, para também assim pensarmos nas transformações da nossa realidade atual.

## 1 TRANSIÇÃO ECONÔMICA NA TEORIA MARXISTA

Karl Marx e Friedrich Engels, ao longo da história, realizaram diversas investigações acerca do nascimento e desenvolvimento do sistema capitalista. Não demorou muito para perceberem que o capitalismo transformou a sociedade “em duas grandes classes”. Além disso, perceberam também que a burguesia exerceu sua revolução ao mesmo tempo que deu o exemplo, para que a sua classe antagônica realizasse o mesmo sobre ela (Engels; Marx, 2010, p.45-46).

Os autores compreendiam que o avanço do capitalismo poderia levar à sua derrocada pelas mãos dos trabalhadores, deste modo os escritos apresentaram uma teoria revolucionária socialista para o operariado. Essa teoria, acima de tudo, apresentou a forma como o capitalismo seria superado pelas mãos da classe trabalhadora, criando assim o socialismo. Todavia, suas dedicações centrais sempre estiveram em desmistificar as características das economias capitalistas e as relações sociais da época, sendo assim, os pensadores alemães poucas vezes se dedicaram a como seria o processo de transição, ou seja, como seria a nova sociedade após a tomada do poder pelos proletários. Mas, como militantes do movimento dos trabalhadores na Europa<sup>1</sup>, ao longo de suas vidas debateram de como deveria ser o futuro do movimento, assim apresentando algumas observações sobre o que acreditavam que ocorria na sociedade após a tomada do poder pelos trabalhadores.

### 1.1 OS PRIMEIROS APORTES MARXISTAS SOBRE A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO

É no Manifesto Comunista, em 1848, que Marx e Engels apresentam que a burguesia, ao conduzir seu processo revolucionário, cria as armas e a classe que tomará seu poder. Indicam que na sociedade burguesa há grandes contradições e assim apresentam a luta de classes:

[...] com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. [...] Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a

---

<sup>1</sup>Marx e Engels militaram de forma ativa na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional. AIT foi a primeira organização dos trabalhadores e era composta por diversos grupos, como Sindicalistas, Trabalhistas Reformistas, Comunistas Marxistas, Anarquistas, entre outros grupos.

fim de se precaver de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim (Engels; Marx, 2010, p.47-48).

Já em 1859, Marx havia desenvolvido grandes trabalhos sobre a sociedade em que vivia e decide então se dedicar a estudar a Economia capitalista em seu livro *Contribuição Para a Crítica da Economia Política (2008)*, no qual desenvolve em seu prefácio uma análise de como havia chegado até aquele momento em suas pesquisas. É aqui que Marx descreve umas das suas principais frases de sua teoria revolucionária. O pensador compreendeu que a revolução acompanharia o desenvolvimento contraditório do capital, assim indica que o capitalismo seria a última forma antagônica do processo social de produção:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. [...] As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições sociais da vida dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana” (Marx, 2008, p. 48).

No entanto, essas contribuições ainda eram acerca de como funcionava e de como seria a ruína do capitalismo. É Lênin, em *O Estado e a Revolução*, que nos chama atenção para o fato de que Marx contribuiu em sua teoria para pensar o definhamento do Estado. No início do capítulo 5, chamado “As condições econômicas do definhamento do Estado”, Lênin indica que as contribuições de Marx sobre o tema estiveram presentes de forma mais precisa na obra *Crítica ao Programa de Gotha*.

A *Crítica ao Programa de Gotha* de 1875, constituiu-se em uma série de notas sobre o processo de unificação de dois partidos operários alemães<sup>2</sup>, um fundado e ligado ao político social-democrata, Ferdinand Lassalle, o Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (na sigla alemã ADAV), e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (SDAP), que tinha como figuras Wilhelm Liebknecht, Wilhelm Bracke e August Bebel, socialistas próximos a Marx e Engels (Marx, 2012). Marx e Engels então denunciam, de forma direta em suas cartas (a Bracke e Bebel) ou em suas notas, o recuo liberal que o programa apresentava, já que privilegiava as teses do partido de Lassalle.

Todavia, como apontado por Lênin, “a crítica ao lassallianismo, obscureceu, por

---

<sup>2</sup> O nome do programa é por causa da cidade que ocorreu os encontros entre os partidários para a formulação do programa, Gotha, Alemanha.

assim dizer, sua parte afirmativa: mais especificamente, a análise da conexão entre o desenvolvimento do comunismo e o definhamento do Estado” (Lênin, 2017, p.109). O revolucionário russo aponta aqui que apesar da crítica ao Programa de Gotha ser uma crítica ao rumo do SDAP pelos ideais lassallianos, Marx entregou em poucas páginas as principais formulações acerca da transição.

Vejamos então o que Marx apresenta sobre a transição do capitalismo para o socialismo. É nas “Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão”<sup>3</sup>, um dos textos que compõem a crítica ao programa, onde consta grande parte da crítica de Marx. O pensador alemão realiza uma complexa análise do Programa de Gotha<sup>4</sup>, numerando de forma minuciosa cada parágrafo, parte ou reivindicação do programa. Desta forma, Marx expõe indícios de como seria a transformação da sociedade capitalista em uma transição socialista.

Marx mostra-se contrário às ideias de Lassalle, de que em uma sociedade socialista existiria uma “distribuição justa do fruto do trabalho”, e compreende que isto mostra uma visão distorcida da realidade, já que não leva em conta as deduções necessárias, que seriam: “Primeiro: os recursos para a substituição dos meios de produção consumidos. Segundo: a parte adicional para a expansão da produção. Terceiro: um fundo de reserva ou segurança contra acidentes, prejuízos causados por fenômenos naturais etc.” (Marx, 2012, p.28). Marx compreende aqui, ao realizar esta crítica, que a transição de uma sociedade capitalista para uma comunista trará as características da velha sociedade:

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, **portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu** (Marx, 2012, p.29, grifo nosso).

Marx, nas páginas seguintes, afirma que ainda nessa sociedade o *igual direito* se constituiria como um direito burguês, e conseqüentemente ainda haveria desigualdade pairante na sociedade entre os indivíduos, essas seriam as distorções inevitáveis do parto

---

<sup>3</sup> O texto foi escrito em 1875 e enviado para Wilhelm Bracke, junto a uma carta. Porém, o texto só foi publicado por Engels em 1891, após a morte de Marx. O texto contém também um prefácio feito por Engels.

<sup>4</sup> Marx realiza a crítica sobre o esboço do Programa de Gotha e não sobre a redação final. Engels em uma carta a Bracker após o congresso de Gotha indica que com as modificações na versão final “[...] o programa acabou melhor do que merecia. Os trabalhadores, assim como os burgueses e pequeno-burgueses, leem nele o que deveria estar escrito e não o que está lá, e a nenhum lado ocorre pesquisar abertamente o real significado de qualquer uma daquelas maravilhosas frases. Isso nos possibilitou silenciar sobre esse programa” (Engels, 2012, p.61).

de uma nova sociedade em meio à sociedade capitalista. Entusiasmado em explicitar como se constituiria a fase superior da sociedade comunista, complementa:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’ (Marx, 2012, p.31).

Já ao final de sua crítica, ao comentar sobre a afirmação do programa sobre a “A Base livre do Estado” (Marx, 2012, p.42), comenta que o objetivo dos trabalhadores jamais deve ser lutar por um Estado livre alemão. Apresenta que o Estado no capitalismo pode assumir diversas formas em diferentes países, mas que ainda assim estão “assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa” (Marx, 2012, p.42). Ao comentar isso, coloca as indagações feitas a ele sobre como seria o Estado na sociedade comunista, e quais funções deste Estado ainda permaneceriam. Responde afirmando que:

Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado (Marx, 2012, p.43).

Engels, em sua primeira carta a Bebel falando sobre o Programa de Gotha<sup>5</sup>, enfatiza a questão do uso do Estado pelas mãos do trabalhadores em uma revolução, e além disso, já aponta para o fim do Estado:

[...] com a instauração da ordem socialista da sociedade, o Estado dissolve-se por si só e desaparece. Não sendo o Estado mais do que uma instituição transitória, da qual alguém se serve na luta, na revolução, para submeter violentamente seus adversários, então é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda faz uso do Estado, ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários e, a partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal. Por isso, nossa proposta seria substituir, por toda parte, a palavra Estado por *Gemeinwesen* [comunidade, em tradução livre do alemão], uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune* [comuna, em tradução livre do francês] (Engels, 2012, p. 56).

Dois anos após a discussão sobre o programa, Engels aprimora este conceito em

---

<sup>5</sup> Ao longo do debate acerca do Programa de Gotha, Engels enviou três cartas a Bebel. É na sua primeira carta de Março de 1875, que, assim como Marx nas “Glosas Marginais”, apresenta sua crítica ao programa de forma sistematizada.

*Anti-Dühring*, onde o pensador alemão define que o proletariado, ao tomar o poder do Estado da *burguesia* e transformar os meios de produção em propriedades do Estado, extingue sua própria condição de proletariado e extingue o Estado da *burguesia* como tal. Para ele, este é o primeiro ato do Estado *proletário* como representante de toda sociedade, sendo, ao mesmo tempo, seu último ato (autônomo) enquanto Estado burguês. Ao ser o representante de toda sociedade na chegada do proletariado ao poder, conserva-se do Estado a necessidade de ser um *repressor específico*, mas agora em função do proletariado e não da burguesia. Com a tomada dos meios de produção e a transformação das relações de produção (com a contribuição do Estado já como arma do proletariado), Engels conclui qual será o destino do Estado: “[...] {De esfera em esfera, a intervenção do poder estatal nas relações sociais vai se tornando supérflua e acaba por desativar-se.} O governo sobre pessoas é substituído pela administração de coisas e pela condução de processos de produção”, deste modo, “{O Estado não é ‘abolido’, mas **definha** e morre}” (Engels, 2015, p. 317, grifo original).

Além dessas contribuições, é válido ressaltar que ao final da vida, Marx, em umas de suas últimas glosas, fez questão de dizer, respondendo ao economista alemão Adolph Wagner, que ele nunca concebeu um sistema socialista (Marx, 2020, n.p.).

Deste modo, podemos compreender que Marx, juntamente com Engels, jamais definiu um “manual de transição do sistema socialista”. O que os pensadores comunistas de fato apontaram para os próximos pensadores marxistas é que: 1- A burguesia, com sua revolução e com sua sociedade contraditória, indicou o caminho para a revolução dos trabalhadores; 2- Apresentaram em sua teoria revolucionária que a revolução aconteceria em locais de profunda agudização das contradições do capitalismo industrial, assim possivelmente as primeiras revoluções teriam lugar no centro do capital industrial. 3- Indicaram que não seria possível a ocupação do Estado, já que este se apresentava como uma arma da sociedade burguesa, e o que deveria ocorrer era a tomada do Estado pelos operários para criar as condições de seu definhamento, constituindo assim uma ditadura do proletariado, todavia, este processo ainda traria características da velha sociedade capitalista.

É fato que, a primeira premissa se tornou a base de toda a teoria marxista. Já a segunda, tornou-se debate entre autores e partidos comunistas no mundo todo<sup>6</sup>, e como elucidado por Trotsky, Marx realmente não previa que o socialismo iria se constituir

---

<sup>6</sup> Trata-se da discussão dos partidos marxistas sobre a evolução em etapas nos países colonizados, já que segundo a teoria, deveria haver o desenvolvimento da burguesia nacional para após isso haver uma revolução socialista.



justamente fora do centros mais desenvolvidos do capital:

Marx entendia, em todo o caso, por 'estágio inferior do comunismo' o de uma sociedade cujo desenvolvimento econômico seria, desde o início, superior ao do capitalismo avançado. Teoricamente, esta maneira de colocar a questão é irreprovável, pois o comunismo, considerado à escala mundial, constitui, mesmo no seu estágio inicial, no seu ponto de partida, um grau superior em relação à sociedade burguesa. Marx esperava, aliás, que os franceses começassem a revolução socialista, que os alemães continuassem e os ingleses a acabassem. Quanto aos russos, continuavam longe na retaguarda. A realidade foi precisamente inversa (Trotsky, 1980, p.93 apud Coggiola, 2021, p.174).

Já a terceira premissa, converteu-se na primeira referência de como se caracterizaria a primeira sociedade socialista e sua transição para o comunismo.

Assim, faz-se necessário iniciarmos uma análise acerca das primeiras formulações marxistas sobre uma economia de transição, uma economia que se instalou em meio à tomada do poder pelos operários. Diante disso, devemos investigar a primeira revolução socialista, a Revolução Russa, e seus principais teóricos.

## 1.2 AS PROBLEMÁTICAS APRESENTADAS NA REVOLUÇÃO RUSSA

Apresentados os primeiros aportes sobre a temática da transição socialista, neste item buscaremos analisar as complexificações desenvolvidas no início da Revolução Russa, os elementos e autores aqui apresentados estavam em discussão durante o curso da revolução, acrescentando mais aportes a partir da experiência real.

Como citamos acima, Lênin em *O Estado e a Revolução* se utiliza dos escritos de Marx e Engels para pensar a revolução socialista, entretanto, o revolucionário russo buscou aprimorar alguns conceitos apresentados pelos pensadores alemães. Ao citar estes conceitos, define de forma mais clara como funcionaria a *fase inferior da sociedade comunista*. O pensador russo, aprimora o conceito de definhamento de Engels em *Anti-Dühring*, colocando de forma clara que o Estado burguês é extinto em sua tomada, e o Estado *proletário* (isto é, o uso do *poder repressor específico* do Estado pelas mãos do proletariado, a Ditadura do proletariado) definha (Lênin, 2017, p. 40). Mas é partindo dos escritos de Marx e Engels sobre o *Programa de Gotha*, que Lênin esmiúça *As condições econômicas do definhamento do Estado*.

Lênin parte da premissa de Marx de que a sociedade socialista nasceu das ruínas da velha sociedade capitalista, e ainda carrega nela suas características. O fundamental que deve ocorrer nesta fase é o fim da propriedade privada dos meios de produção e o estabelecimento de uma igualdade aparente:

É essa sociedade comunista que acaba de sair do ventre do capitalismo, que carrega todas as marcas da velha sociedade, que Marx denomina de ‘primeira’ fase ou fase inferior da sociedade comunista. **Os meios de produção deixam de ser, nesse momento, propriedade privada de indivíduos. Os meios de produção pertencem à sociedade inteira.** Cada membro da sociedade, executando certa parte do trabalho socialmente necessário, recebe um certificado constatando que efetuou determinada quantidade de trabalho. Com esse certificado, ele recebe, nos armazéns públicos, uma quantidade correspondente de produtos. Feito o desconto da quantidade de trabalho destinada ao fundo social, cada operário recebe da sociedade tanto quanto lhe deu. Reina uma ‘igualdade’ aparente (Lênin, 2017, p. 117-118, grifo nosso).

O revolucionário russo, assim como Marx, compreende que o direito burguês segue vigente, assim continuam existindo desigualdades nesta sociedade recém originada. O ponto chave da teoria de Lênin é que o revolucionário compreende o momento exato do definhamento constante deste Estado, que constitui a ditadura do proletariado (*a primeira fase da sociedade comunista*):

**O Estado morre na medida em que não há mais capitalistas, em que não há mais classes** e, por isso, não há mais necessidade de esmagar nenhuma classe. **Mas o Estado ainda não definha de todo, pois resta a proteção do ‘direito burguês’** que consagra a desigualdade de fato. Para que o Estado definha completamente, é necessário o advento do comunismo completo (Lênin, 2017, p.120, grifo nosso).

Desde modo, o conceito de transição socialista para Lênin está associado à tomada do Estado, para esmagar a classe burguesa e socializar os meios de produção. Porém, o fim do Estado só ocorre com o advento da fase superior do comunismo, pois compreende que é nesta fase que desaparecerá por completo o direito burguês e a desigualdade, já que acabará “toda oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico” (Lênin, 2017, p. 121). Assim, sintetiza a questão formulando como seria esta sociedade comunista em sua fase superior:

**O Estado poderá desaparecer completamente quando a sociedade tiver realizado o princípio ‘de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades’**, isto é, quando se estiver tão habituado a observar as regras primordiais da vida social e o trabalho tiver se tornado tão produtivo que todo mundo trabalhará voluntariamente conforme sua capacidade (Lênin, 2017, p. 121-122, grifo nosso).

Aqui é válido ressaltar que *O Estado e a Revolução* foi escrito em meados de 1916 e publicado em 1917, às vésperas da tomada do poder na Rússia pelos operários na Revolução de Outubro de 1917. Desse modo, essas formulações do líder revolucionário partiram apenas das bases científicas para pensar uma sociedade de transição. É apenas na conjuntura pós revolução, entretanto, que são formuladas as primeiras políticas

econômicas de transição.

### 1.2.1 As primeiras medidas na economia da Revolução Russa

Nessa conjuntura revolucionária, Lênin teve a companhia de outros líderes bolcheviques que formularam teorias acerca da economia da sociedade russa, são eles: Leon Trotsky, Nikolai Bukharin, Josef Stalin e Ievguêni Preobrajenski. Seus pensamentos, muitas vezes divergentes entre eles, bem como no interior do Partido bolchevique, foram responsáveis pelas medidas realizadas pelo governo revolucionário na primeira década da Revolução Russa. A discussão que fora até aqui realizada por Marx, Engels e Lênin, situava-se no campo teórico, todavia, com o advento da revolução ela passou para o campo prático (Gomes, 2016, p. 86).

Para a melhor compreensão desta investigação acerca da transição econômica socialista na Revolução Russa, apresentaremos uma contextualização histórica da primeira década da revolução, a qual será importante para o entendimento das teorias dos autores elencados acima.

O socialismo na Rússia nasce dentro de uma sociedade não plenamente capitalista, contendo ainda características feudais, era a expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Desta forma, avançar na transição socialista na Rússia (diferente do que Marx, Engels e Lênin pensavam) não era apenas “esmagar o capitalismo”, afinal, a classe burguesa não era uma classe plenamente dominante, dona dos meios de produção. Era necessária uma reforma agrária para as transformações de um país “atrasado” industrialmente em relação ao restante da Europa, e a revolução socialista chamou para si um papel de desenvolvimento das forças produtivas que pertencera à burguesia, mas tendo como objetivo criar novas relações de produção não capitalistas<sup>7</sup> (Vasconcelos, 2014, p. 29).

A revolução obteve um grande apoio dos camponeses pobres, já que no Império Russo, mesmo antes de sua queda, já haviam revoltas no campo. Houve a tentativa de se realizar duas reformas agrárias, uma em 1861 e outra em 1906, como explica Vasconcelos:

[...]a reforma agrária de 1861 eliminou a servidão, abrindo caminho para a

---

<sup>7</sup> É válido ressaltar que ao longo do século XX, leituras realizadas por diversos partidos comunistas, especialmente ligados aos países de sociedades ainda não plenamente capitalistas, tiveram uma perspectiva etapista nas análises de conjuntura, a qual levou a uma estratégia etapista, assim os partidos defendiam um desenvolvimento nacional do capitalismo, para só em uma etapa posterior haver condições de uma revolução socialista. Esta estratégia pode ser rechaçada pela teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Leon Trotsky, no qual o pensador russo afirma ser possível haver simultaneamente países com aspectos mais avançados ou atrasados do desenvolvimento econômico.

acumulação capitalista no campo. A separação do servo em relação à terra, contudo, deixou exposta a dependência do trabalhador rural em relação aos meios de produção do senhor. Os efeitos foram o assalariamento rural, a concentração fundiária e uma maior liquidez das operações de arrendamento. Em 1906, uma nova reforma das leis agrárias, liderada pelo ministro Stolypin, consolidou a mercantilização da terra: fortaleceu o kulak<sup>8</sup> e o campesinato médio como agentes de acumulação e desintegrou a propriedade comunal, dificultando o acesso do camponês pobre à terra e aos instrumentos de trabalho (Vasconcelos, 2014, p. 30).

Os bolcheviques viram estes camponeses ocuparem uma grande massa de terra em apoio à queda do czar, e ainda em meio à disputa com burguesia e sociais-democratas pelo protagonismo na revolução, viram em 18 de Fevereiro de 1917, a promulgação da Lei de Socialização de Terras, a partir da qual é estabelecido que nenhuma família pode possuir mais de uma propriedade, a terra passaria a ser estatal e o camponês teria “usufruto permanente”. Os bolcheviques, que imaginavam uma tentativa de coletivização agrária “espontânea”, viram a criação de uma massa de pequenas propriedades camponesas. Como mostra o Quadro 1<sup>9</sup>, em 1919 a divisão de terras cultiváveis na Rússia encontrava-se assim:

**Quadro 1 - Divisão de terras cultiváveis na Rússia**

Tipo	% do total
Propriedade camponesa (individual + mir)	96,8
Cooperativas (comunais + artéis)	0,5
Fazendas estatais (solkhozes)	2,7
Total	100

Fonte: Bettelheim, 1976, p.196 apud Vasconcelos,2014, p. 31.

A questão agrária se torna assim o problema central da economia soviética, e a dispersão da produção agrária cria um problema de produtividade. Há uma tentativa de coletivizar a produção camponesa através dos Comitês de Camponeses Pobres, que

<sup>8</sup> “Campesinato rico, também chamado de ‘campesinato burguês’” (Preobrajensky, 1987,p. 251, apud Vasconcelos, 2014, p. 30).

<sup>9</sup> “Artéis são cooperativas estritamente privadas, semelhantes às sociedades capitalistas. Comunais são cooperativas baseadas na propriedade estatal, também chamadas de kolkhozes” (Vasconcelos, 2014, p. 31).

“O Mir era um organismo que concedia a terra por unidades familiares cercadas, preservando a propriedade privada dos instrumentos de trabalho e as desigualdades sociais” (Vasconcelos, 2014, p. 30).

“eram células armadas formadas pelos segmentos mais marginais do campesinato, para a expropriação dos latifundiários e dos kulaks”. Porém, os comitês não obtiveram sucesso efetivo na coletivização (Vasconcelos, 2014, p. 31).

Nasce aqui o problema que irá ocupar a cabeça de todo o partido bolchevique ao longo da década de 1920, que é a questão da terra. Os próprios camponeses pobres que outrora contribuíram na ocupação de terras na Revolução de Outubro, após a aplicação de uma reforma agrária “democrático-burguesa”, tornaram-se camponeses médios que agora especulavam<sup>10</sup> a produção sob o controle do governo soviético. Torna-se um problema histórico-estrutural, que colocava em risco a planificação da economia. Essa polêmica se tornou presente em vários campos da discussão sobre a transição, como aqueles aqui enumerados:

(1) no âmbito da teoria revolucionária, havia o debate gerado pela tese da acumulação socialista originária de Preobrajensky (1979), algumas vezes erroneamente atribuída a Trotski; (2) na esfera política, punham-se diferentes visões sobre o papel do estado soviético na luta de classes da transição ao socialismo; (3) no campo da política econômica, divergências sobre a política de preços e a deterioração dos termos de troca entre agricultura e indústria; (4) no tocante à teoria econômica, havia debates sobre o papel da lei do valor e da emulação no incremento da produtividade; (5) no nível político-administrativo, existiam contendas sobre quais as prioridades do investimento estatal; (6) no âmbito das novas relações de produção, havia a discussão sobre o papel das transformações culturais na economia; (7) no que se refere à execução dos princípios da revolução, discutiam-se métodos divergentes para alcançar a coletivização agrária (Vasconcelos, 2014, p. 32).

Nas cidades, as primeiras medidas consistiam essencialmente no confisco e na nacionalização das empresas. O controle das fábricas era realizado pelos comitês de fábricas. Contudo, tal forma de organização dificultava a produção, já que tendia a fragmentá-la e desorganiza-la. Os soviets criaram, assim, controles operários que visavam articular os comitês ou conselhos de fábricas a instâncias superiores ligadas a eles. Foi a primeira tentativa de centralizar a produção industrial aos objetivos da revolução, a qual se mostrou ainda limitada em assegurar uma coordenação industrial em um país de grande extensão territorial e com a iminente guerra civil (Andrade, 2017, p. 24-25).

### 1.2.2 A guerra civil e o “Comunismo de Guerra”

De 1918 a 1921 ocorreu a Guerra Civil Russa, que consistiu na tentativa de uma

---

<sup>10</sup> A “especulação” não é aqui um termo das práticas do mercado financeiro, mas sim a forma como Lênin definia a prática de lucros privados ilegais que burlavam o controle estatal, por meio de comércio, armazenamento ilegal e agiotagem (Vasconcelos, 2014, p. 29).

contrarrevolução democrático-burguesa. Forças czaristas, liberais burgueses, setores da pequena burguesia (mencheviques e social-revolucionários) e os *kulaks*, formaram o Exército Branco, e as forças bolcheviques se defenderam com o seu Exército Vermelho. Assim, foi elaborada entre os bolcheviques a estratégia do “Comunismo de Guerra”, que consistia, sobretudo, em reverter todo o setor de produção da Rússia para a defesa do país e para a manutenção de seu exército. A guerra consistiu num período de muita fome, escassez e repressão contra quem não cooperava. Os camponeses médios foram extremamente afetados, suas produções (e muitas vezes seu próprio alimento) foram tomadas pelo Estado soviético. Ao final da guerra em 1921, apesar da vitória do Exército Vermelho, os bolcheviques viram suas relações com o campesinato ruir ainda mais, gerando revoltas que influenciaram diretamente nos próximos passos da economia soviética, sendo a principal delas a Revolta de Kronstadt<sup>11</sup> (Vasconcelos, 2014, p. 33-34).

É fato que o Comunismo de Guerra representou uma ruptura conjuntural com as relações mercantis. A ruptura, que era histórica, não consumou, entretanto, o fim das relações mercantis, mas sim mostrou o quão grande seria o debate posterior acerca deste tema, a começar pela Nova Política Econômica (NEP) e pelo surgimento das divergências entre os bolcheviques (Meyer, 1993, p. 1).

### 1.2.3 A NEP, a “crise da tesoura” e as divergências internas na década de 1920

A NEP foi elaborada no início de 1921 e aprovada no X Congresso do Partido Bolchevique em substituição ao Comunismo de Guerra. A política foi a tentativa de solucionar o conflito entre os camponeses e os bolcheviques e evitar o colapso econômico. A política econômica visava a abertura de um *capitalismo de Estado*, buscando não mais confiscar a produção dos camponeses, mas sim fixar o imposto em espécie, além de liberar a existência do excedente privado e o livre comércio. Já na indústria, para o aumento da produção, foram liberadas as concessões ao capital estrangeiro. Em suma, a nova política buscava aumentar a produção econômica, o abastecimento e estabelecer um equilíbrio nas trocas entre campo e cidade. Lênin defendeu a NEP, que foi quase consenso entre os bolcheviques para aliviar a pressão camponesa, todavia, o líder indicava que a política deveria ser provisória, esperando naquele momento a vitória de outros processos revolucionários (Vasconcelos, 2014, p. 35-36).

---

<sup>11</sup> A Revolta de Kronstadt consistiu em uma revolta contra as péssimas condições da população, advindas dos efeitos das políticas do *comunismo de guerra*. O ato serviu para agilizar o final da política do Comunismo de guerra, já que a guerra civil já estava praticamente resolvida.

Em 1921, Lênin apresenta no texto *Sobre o Imposto em Espécie: O Significado da Nova Política e as Suas Condições*, um diagnóstico das relações sociais existentes na sociedade soviética, compreendendo cinco estruturas diferentes soviética: “1) - a economia camponesa patriarcal ou natural, 2) - a pequena produção mercantil; 3) - o capitalismo privado; 4) - o capitalismo de Estado; 5) - o socialismo” (Meyer, 2000, p. 5). No campo, a organização era em pequenas propriedades privadas (produtores médios e *kulaks*), que poderiam gerar excedentes de produção, e na cidade se constituíam empresas de concessões privadas, onde o controle estatal era maior. Lênin argumentou que o *capitalismo de Estado* estaria ao lado do socialismo, já que a batalha seria contra a pequena-burguesia, e ela se opunha a qualquer controle estatal estabelecido. (Vasconcelos, 2014, p. 36).

As relações no campo e na cidade durante o *capitalismo de Estado* soviético podem ser visualizadas na Tabela 2:

**Quadro 2** - Cooperativas e concessões: formas do capitalismo de Estado.

	<b>Cooperativas</b>	<b>Concessões</b>
<b>Quem?</b>	Centenas de milhares de pequenos produtores	Poucas grandes empresas privadas
<b>Tecnologia</b>	Tradicional	Moderna
<b>Controle estatal</b>	Fraco	Forte
<b>Vantagens</b>	Ganhos de escala	Lucro estatal
	Ganhos de monopólio	Alta produtividade
<b>Desvantagens</b>	Fortalece a mentalidade pequeno-burguesa	Lucro privado burguês
<b>Onde?</b>	Rural	Urbano
<b>Futuro</b>	Propriedade coletiva de larga escala com adesão voluntária	Nacionalização e socialização

Fonte: Vasconcelos (2014, p. 37), baseado no texto de Lênin *Sobre o Imposto em Espécie*.

No final da sua vida em 1923, Lênin ainda mudaria sua concepção sobre a transição. O pensador russo, ao ver a organização de trabalhadores voluntários nos Sábados Comunistas<sup>12</sup>, compreende que as cooperativas (que antes entendia ser uma

<sup>12</sup> Os Sábados Comunistas eram trabalhos voluntários existentes na Rússia Soviética, surgidos em meio à

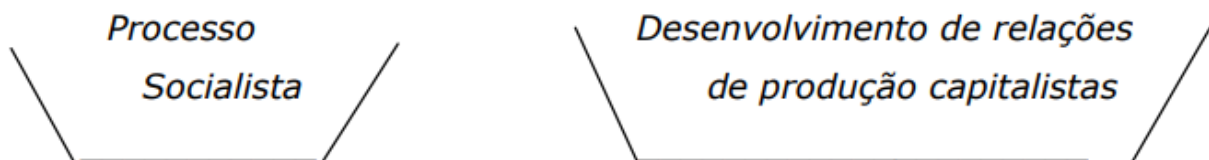
forma capitalista de produção, já que poderiam especular) poderiam ser uma forma de organização socialista, se fossem feitas a partir da consciência coletiva dos trabalhadores. Aqui Lênin indica o papel que a cultura e a educação poderiam ter para conscientizar o trabalhador, desencorajando o uso do estímulo material (o salário) na produção e da individualização do trabalhador (Vasconcelos, 2014, p. 38-39).

Mas já em 1921, o debate de outras lideranças bolcheviques sobre qual o rumo da economia soviética e sobre o problema agrário tomou conta da conjuntura interna. Ievguêni Preobrajenski, um dos principais líderes bolcheviques e responsável por escrever importantes formulações sobre a economia soviética, realizou uma crítica à NEP no texto *As expectativas da Nova Economia Política*, e, posteriormente, de forma mais ampla no seu livro *A Nova Economia*, Preobrajenski compreende o conflito entre camponeses e proletários. De um lado, os camponeses que enriqueciam cada vez mais por conta da NEP, formam um setor capitalista, e para o autor esse crescimento seria cada vez maior, gerando um comércio em expansão. De outro lado, havia uma *produção socialista* com a tentativa de planificação regulada pelo Estado soviético. Como comentado por Meyer, Preobrajenski compreende que coexistiam duas leis distintas na sociedade soviética naquele momento, que expandiam rumo a um choque:

De um lado, a lei do valor, presidindo o desenvolvimento da produção mercantil e recriando capitalismo. De outro lado, a planificação, que preside o desenvolvimento da produção socialista. Essas duas leis, operando simultaneamente na mesma época e no mesmo país, gerariam dois movimentos sociais, ambos de caráter expansivo e antagônicos entre si (Meyer, 200, p. 5).

Preobrajenski chega a utilizar uma ilustração para exemplificar a questão da separação entre o setor socialista e o setor capitalista, como podemos ver na figura 1:

**Figura 1** - Isolamento dos setores socialista e capitalista na Rússia



Fonte: Preobrajenski, 1987, p. 248.

Desta maneira, para o economista russo, a solução não deveria ser as concessões

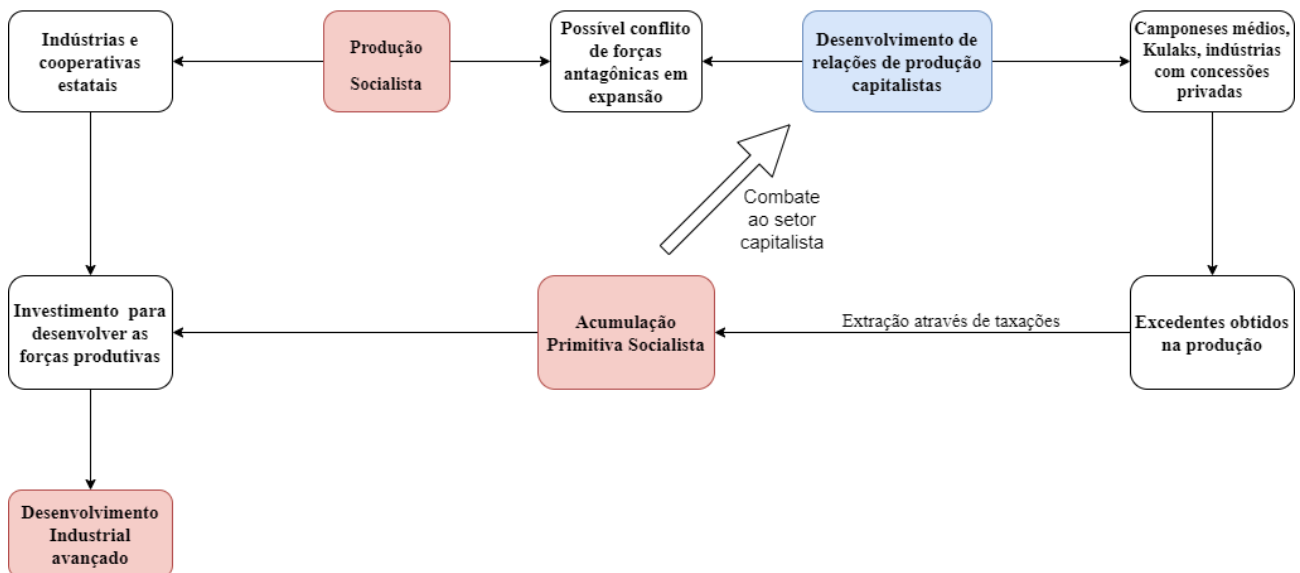
---

guerra civil no início da revolução.



realizadas na NEP, mas sim, a *Acumulação Primitiva Socialista*<sup>13</sup>, por meio da qual deveria haver taxações sobre a economia capitalista vigente, a fim de expropriar a mais-valia obtida na produção. Essa expropriação seria acumulada em um fundo socialista, que possibilitaria o desenvolvimento industrial estatal acelerado. Dessa forma, só com a acumulação primitiva o setor socialista predominaria no momento de choque entre os movimentos antagônicos (Meyer, 2000, p. 6). Assim, como podemos ver no esquema da figura 2 a seguir, a *Acumulação Socialista Primitiva* combate o desenvolvimento das relações de produção capitalista, extraíndo seus excedentes de produção para investir no desenvolvimento das forças produtivas socialistas, criando um desenvolvimento industrial avançado.

**Figura 2 - Esquema da Acumulação Socialista Primitiva\***



Fonte: Elaboração própria.

\* Destacado em vermelho as relações socialistas e em azul a produção capitalista.

É a primeira vez que, de fato, é criada uma teoria econômica da transição socialista, o autor rejeitava a utilização da lei do valor típico de uma sociedade mercantil.

Nikolai Bukharin respondeu em *O partido e o bloco da oposição*, onde argumenta que a classe camponesa não era uma classe capitalista e que as relações mercantis existiam, mas estavam reguladas pelo Estado soviético:

<sup>13</sup> É bem verdade que: “A paternidade do conceito de acumulação primitiva cabia a Vladimir Smirnov. Mesmo Bukhárin recorrera a este conceito em 1920, em sua obra *Economia do período de transição*, definindo-o como ‘mobilização das forças vivas da produção’, entendida como aplicação compulsiva da disciplina do trabalho” (Andrade, 2017, p. 31-32).

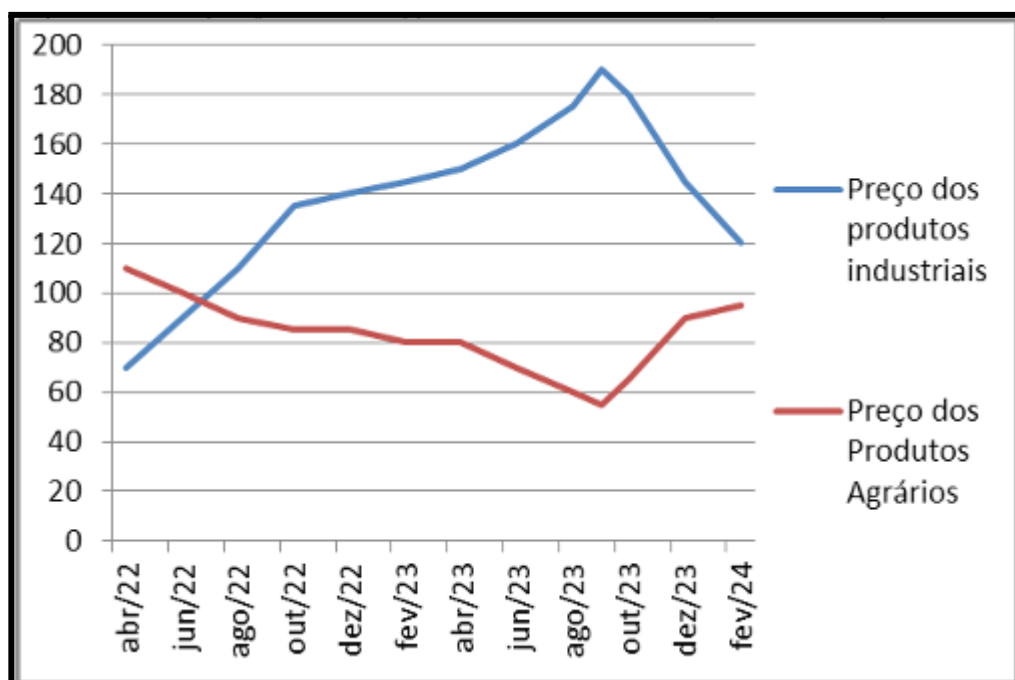
Desse modo, Bukhárin atribuía ao Estado soviético um super-poder, um poder de árbitro do desenvolvimento social capaz de intervir e reverter o processo caso algum perigo adviesse para a ordem revolucionária. Sob a proteção desse Estado super-poderoso, desse 'Deus ex machína' sempre a salvo dos conflitos sociais decorrentes do fortalecimento do camponês rico, Bukhárin lançou a consigna 'Enriqueceil', na expectativa de preservar a aliança operário-camponesa num prazo longo. [...] Nessa perspectiva, o partido bolchevique não deveria tomar nenhuma medida que causasse ranhuras e riscos de rompimento na aliança operário camponesa: conclusão exatamente oposta à de Preobrajenski e à tese da acumulação socialista primitiva. Bukhárin fazia a apologia do 'produto nacional', esquecendo-se de que o crescimento do produto nacional, sob a NEP, se fazia mediante acumulação de riquezas no setor capitalista e em detrimento da classe operária (Meyer, 2000, p. 7).

Leon Trotsky em *Informe sobre a Nova Política Econômica soviética e as perspectivas da revolução*, publicado em 1922, aceitava a necessidade da NEP, mas apontava a necessidade de criação de um plano para acabar com o alto enriquecimento dos camponeses e desenvolver a economia da indústria estatal. Josef Stalin, na época, viu com bons olhos a NEP, em seu texto *A Revolução de Outubro e o Problema das Camadas Médias*, de 1923, o político soviético acreditava (de forma otimista) que os incentivos aos camponeses poderiam ainda levar à coletivização espontânea, algo que não ocorreu (Vasconcelos, 2014, p.35). Ao longo do debate partidário, Stalin se posicionou contra as ideias de Trotsky e de Preobrajenski sobre a aceleração da industrialização beneficiada pela expropriação do excedente do campo.

Em meio a esse debate, em 1923 ocorreu a *crise da tesoura*, exposta no XII congresso do Partido Comunista da Rússia por Trotsky. A NEP, que tinha como objetivo equilibrar os preços do campo e da cidade, teve dificuldade em ter êxito nessa questão, e em 1922 verificou-se então desequilíbrio entre a indústria e a agricultura, que foi ocasionada por três fatores:

Primeiro, o aumento da produção agrária havia sido menor que o do consumo camponês, perdurando a situação de escassez de alimentos. Segundo, havia falta de meio circulante, o que ampliava a ação do tráfico ilegal e aumentava os preços agrários. Terceiro, houve uma 'crise de vendas' da indústria, decorrente também da falta de excedentes agrários, que fez cair seus preços. Para corrigir o desequilíbrio prejudicial à indústria e evitar a especulação, o governo fundou sindicatos comerciais dos trusts estatais, que seriam fiscais dos preços tabelados (Vasconcelos, 2014, p. 39).

Todavia, o efeito da tentativa de correção feita pelo governo soviético provocou a inversão no desequilíbrio dos preços, resultando na diminuição nos preços dos produtos agrários e o aumento nos produtos industriais. No gráfico 1 a seguir podemos ver a inversão, gerando o desenho de uma tesoura:

**Gráfico 1 - Desequilíbrio de preços entre agricultura e indústria**

Fonte: Dobb, 1972, p. 163 apud Vasconcelos, 2014, p. 40.

A explicação para a deterioração dos termos de troca dos camponeses foi monetária e estrutural. A explicação monetária atribuída à falta de meio circulante a origem do desequilíbrio. Já outros economistas afirmaram que o problema era a estrutura *subdesenvolvida* da indústria soviética, que tinha uma baixa produtividade e elevava os custos de produção, aumentando os preços dos produtos. A indústria não operava sua capacidade máxima, aumentando a proporção dos custos administrativos, “Era inegável que o aumento salarial dos operários também interferia no aumento dos preços” (Vasconcelos, 2014, p. 40).

A crise exacerbou o debate interno sobre os rumos da economia soviética, principalmente do embate entre as teorias de Preobrajenski e Bukharin. Deste modo, ao longo da década de 1920 assentaram-se duas alas dentro do partido bolchevique: a *direita*, constituída pelas ideias econômicas de Bukharin com o apoio de Stalin (aqui já secretário-geral do partido) e seus aliados. E do outro lado, a Oposição de Esquerda, encabeçada politicamente por Trotsky e economicamente por Preobrajenski.<sup>14</sup> A *direita* defendia, em síntese, a manutenção da economia camponesa, compreendendo que as relações mercantis existentes estavam sob o controle da máquina estatal, não vendo, assim, problema na existência da lei do valor no interior da sociedade. A esquerda via a

<sup>14</sup> *Direita e Esquerda* não constitui aqui o espectro político historicamente vinculado à luta de classes, mas sim na disputa interna do partido bolchevique.

necessidade do desenvolvimento industrial acelerado a partir da *acumulação socialista primitiva* (Coggiola, 2021, p. 175-176).

Em última instância, também havia a disputa entre a tese do *Socialismo em um só país* (política defendida pela ala stalinista) e a teoria da *Revolução Permanente* (teoria criada por Trotsky, e defendida pela oposição). Essa disputa foi acentuada em 1925 no XIV Congresso do partido bolchevique:

Trótski, defendeu essa última posição, sublinhando que o fator decisivo para a construção do socialismo era a extensão internacional da revolução. Em sua visão, apenas a acumulação interna nunca permitiria o acréscimo de forças produtivas necessário para superar os países capitalistas, que tinham a seu favor a divisão internacional do trabalho, isto é, sua hegemonia no mercado mundial. Seu eixo foi a crítica da nascente teoria que sustentava a possibilidade de construir o 'socialismo em um só país', expressão de um setor do aparato estatal que pretendia isolar os destinos da União Soviética da luta pela revolução mundial (Coggiola, 2021, p. 176).

A disputa foi realizada até 1927, sendo encerrada com a expulsão de Trotsky e seus aliados do partido, consolidando-se a posição de Stalin e Bukharin, com um alto grau de burocracia na política soviética. Em 1928, após uma nova crise de escassez de cereais em 1927, gerada ainda pelas políticas da NEP, Stalin defende o fim das medidas, porém Bukharin continuou defendendo o livre mercado no campo e a concorrência como forma de desenvolvimento:

A crise de cereais desencadeou uma mudança na linha política do Comitê Central, que opôs Stalin a Bukhárin. Stalin avaliou que os efeitos da NEP estavam começando a prejudicar o desenvolvimento econômico nacional e que era preciso realizar uma ação enérgica contra a especulação. Bukhárin, porém, permaneceu defendendo as diretrizes da NEP, a autonomia camponesa e a concorrência entre pequenos capitalistas como alavanca de desenvolvimento socialista. Stalin afirmou, em 1929, que havia dois caminhos possíveis para a agricultura soviética: o caminho capitalista e o socialista. As mediações com os kulaks desapareceram, a NEP como economia mista (planejada e especulada) não foi mais considerada uma via possível. Stalin havia se convencido de que era preciso construir o socialismo em um só país, já que a contrarrevolução havia se espalhado pela Europa por meio do fascismo (Vasconcelos, 2014, p. 42).

Stalin adotou a política do Plano Quinquenal, que perdurou por décadas (sendo o primeiro de 1928 a 1933), onde buscou a coletivização forçada agrária para acabar com a especulação no campo, além da expulsão de Bukharin. “Ironicamente, o programa de coletivização de Stalin tinha muito em comum com a Contratase da Oposição de Esquerda, rechaçada três anos antes” (Vasconcelos, 2014, p. 43).

A consolidação da política e burocracia stalinista, aliada à coletivização forçada permitiram a planificação econômica e o desenvolvimento industrial na URSS, ao mesmo tempo que ocorreram diversas perseguições a grupos da sociedade soviética, tanto no

campo, focado nos *kulaks*, quanto na cidade, focado em opositores do governo, além da queda de produção no campo (Andrade, 2017, p. 36-37). Essa estruturação soviética permitiu que o país se tornasse uma potência industrial, focada em diversas áreas de matriz energética e desenvolvimento tecnológico, um grande avanço para um país que no início do século XX tinha uma *indústria atrasada*. Ademais, o país teve grande influência sobre os outros partidos comunistas ligados à Internacional Comunista (na sigla inglesa Comintern), impactando seus programas, teses, táticas e estratégias, e afetando principalmente as revoluções no leste europeu após a Segunda Guerra Mundial.

Assim, os primeiros debates de transição contribuíram para a realização do debate cubano, como discutiremos a seguir. Marx, Engels e Lênin iniciaram as primeiras formulações e mostraram o papel que o Estado teria para o controle político e econômico na transição. Já na Revolução de Outubro foi possível observar, primeiramente, como Marx errou sua previsão e o socialismo nasceu em uma sociedade onde o capitalismo não estava em seu *grau mais avançado*.

A partir disso, em segundo lugar, os soviéticos, em seus primeiros anos, tiveram que lidar com a questão agrária, desenvolver forças produtivas e criar as condições para acabar com as desigualdades sociais. Isso trouxe problemas econômicos e revoltas camponesas, gerados a partir da guerra civil contra a burguesia, além dos debates internos. Surgiram aqui diversas posições sobre qual caminho seguir: A socialização total da economia, ou a economia de um capitalismo de Estado guiado por um controle estatal? O uso ou não da lei do valor na sociedade socialista? Posteriormente, voltaremos à economia soviética nas décadas seguintes para entender a sua influência na Revolução Cubana nos anos 1960.

Isto posto, entraremos agora no debate central desta pesquisa, o debate da transição em Cuba. A recuperação de elementos já aqui apresentados serão fundamentais, já que o debate perpassará os mesmos temas de discussão feitos nas teorias marxistas e na gestão econômica soviética.

## 2 A REVOLUÇÃO CUBANA E A TRANSIÇÃO ECONÔMICA SOCIALISTA

Cuba, uma pequena ilha caribenha, foi uma relevante colônia espanhola em meio às navegações e escoamento de mercadoria para a Europa, durante a colonização iniciada no século XIV, durando até o final do século XIX. Apesar de sua independência conquistada, Cuba tornou-se uma grande casa dos interesses monopolistas estadunidenses em franca expansão no início do século XX. A economia e a política cubana proporcionam um terreno fértil para a acumulação de capital ianque (Pericás, 2018, p. 15).

Ao longo da primeira metade do século XX os cidadãos cubanos viram seus governantes serem subjugados e financiados pelo capital estadunidense, fazendo com que a economia de Cuba fosse baseada apenas na produção de açúcar, assim obrigando a ilha a exportar todos os produtos manufaturados. Após 1933, com as políticas internas contestadas e a tomada do poder pelas forças armadas locais lideradas pelo General Fulgêncio Batista, o governo ianque de Franklin D. Roosevelt (e sua política do *New Deal*) junto à oligarquia local conseguem manter a hegemonia interna a partir de uma política de estímulo à importação de produtos manufaturados estadunidenses à ilha, que impediu a industrialização, e os EUA tiveram uma facilitação e barateamento na compra de açúcar, rum e tabaco de Cuba (Pericás, 2018, p. 16).

Apesar de algumas tentativas de criar um projeto inicial de industrialização, a ilha passou mais de 20 anos sob a liderança de Fulgêncio Batista, com a agenda econômica de Washington sempre em primeiro plano. Segundo Pericás, “alguns autores chegaram a caracterizar o Estado cubano dos anos que precederam a revolução como administrativo, redistributivo e burocrático” (Pericás, 2018, p. 17). O aprimoramento da política econômica de Washington na última década, antes da revolução, fez com que as empresas estadunidenses fossem uma grande parcela de toda produção industrial, um grande empreendimento que não realizava uma produção especializada, mas sim uma grande produção em larga escala (Pericás, 2018, p.17). Assim:

No final da década de 1950, a situação de dependência de Cuba podia ser explicitada em diversos indicadores. Em 1958, por exemplo, 40% da produção açucareira, 90% dos serviços elétricos e telefônicos, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras eram de propriedade norte-americana, enquanto o capital bancário em mãos locais, que atingia o nível dos 60%, era utilizado basicamente para favorecer as corporações monopolistas estrangeiras. Naquele ano, o volume de investimentos dos Estados Unidos na ilha chegou a US\$ 1 bilhão, só inferior, no continente, ao feito na Venezuela e no Brasil. O fato é que entre 1950 e 1958, houve um aumento de 52% nas inversões de companhias

ianques na 'mayor de las Antillas'. Essas empresas construíam e equipavam as unidades produtivas, e suas matrizes na 'metrópole' estabeleciam todas as normas e instruções na filial cubana (Pericás, 2018, p. 18).

É fato que a condição de vida da população tornou-se motivo de análises controversas, as análises conservadoras compreendiam que a população local detinha um certo padrão de consumo elevado em relação ao restante da América Latina, além de ter um número relativamente alto de trabalhadores. Todavia, na prática as condições de vida da população não eram das melhores, pois havia um alto número de desempregados, baixa renda dos trabalhadores, um crescimento econômico médio baixíssimo, um índice educacional débil, além de uma alta dívida pública (Pericás, 2018, p. 19-22). Desse modo, no período após a independência formal em relação à Espanha, até a revolução de 1959, verificou-se que:

Em Cuba houve um ambiente favorável para a acumulação e a ampliação do capital estadunidense por meio de acordos assinados por dignitários locais, em geral vinculados a Washington ou a empresas norte-americanas, que apenas contribuíram para manter inalterado o estado geral da 'nação'. Com isso, durante décadas, o que se pôde constatar foi uma deterioração de diversos índices sociais, principalmente nas áreas rurais, e parca, se não ínfima, eficiência econômica global (Pericás, 2018, p. 15).

É a revolução de 1º de janeiro de 1959 que mudaria os rumos da política, da economia e do padrão de vida cubano. Fulgêncio Batista, derrotado, isolou-se da ilha, Fidel Castro, Raul Castro, Ernesto Che Guevara, e seus demais companheiros(as) e guerrilheiros (as) marcharam sobre Havana, declarando o fim da ditadura de Batista e o início de uma mudança radical no país, principalmente em relação à dependência que tinham dos ianques.

## 2.1 OS PRIMEIROS ANOS DA REVOLUÇÃO CUBANA

A revolução cubana de 1959 teve como impacto inicial a quebra com a hegemonia econômica ianque na ilha. Todavia, Fidel Castro, Primeiro-ministro cubano na época e um dos líderes da revolução, ainda tentou manter uma proximidade com os EUA, mas os objetivos do governo revolucionário não iam ao encontro dos de Washington, o interesse dos estadunidenses era, justamente, o que a revolução mais combatia em seus discursos, já que os propósitos primários eram a Reforma Agrária e a industrialização (Pericás, 2018, p. 19).

Deste modo, as primeiras medidas foram a expropriação e nacionalização de terras e empresas. A primeira lei de reforma agrária, de 17 de Maio de 1959, segundo Pericás,

apresentava uma série de medidas:

Proibia o latifúndio, indicando como o 'mínimo vital' por proprietários duas *caballerías*<sup>15</sup> - o equivalente a 27 hectares - e um máximo de 30 *caballerías*, ou 402,6 hectares. Toda propriedade que excedesse esse limite seria expropriada e distribuída para o campesinato despossuído. As terras com até 30 *caballerías*, por outro lado, não seriam expropriáveis, com exceção das partes utilizadas por arrendatários ou prearistas. Havia ainda um limite de 100 *caballerías*, ou 1.342 hectares, para propriedades que produzem arroz e cana-de-açúcar, já que o rendimento dessas áreas chegava a ser 50% superior à média nacional; proibiam-se contratos de parceria; dividia-se o país em 28 ZDAs, unidade administrativa intermediária entre a municipalidade e a província; previa-se o fornecimento de créditos estatais para cooperativas e a indenização dos donos de herdades desapropriadas num prazo de até 20 anos, com juros de 4,5% anuais, com os chamados 'Títulos da Reforma Agrária'. Além de eliminar o latifúndio, a lei distribuiu aproximadamente 67% das terras para os pequenos produtores e para o governo revolucionário (Pericás, 2018, p. 24).

Além disso, a lei criou o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), que detinha grande poder de julgar a expropriação de uma determinada terra, além de servir de órgão regulador na transferência de terras. A lei limitou, ainda, a compra de terras a estrangeiros, que só podiam naquele momento manter suas propriedades dentro do limite permitido. Apesar de iniciar de forma lenta, nos primeiros anos da revolução o governo conseguiu progredir na desapropriação e distribuição entre a população (Pericás, 2018, p. 24-25).

As novas legislações fizeram com que os EUA iniciassem uma série de debates internos referentes às preocupações das mudanças que a revolução cubana estava causando aos investidores estadunidenses. De modo que não demorou muito para que os estadunidenses comesçassem as primeiras medidas econômicas contra Cuba, obrigando a ilha a ir atrás de outros parceiros. Este grande parceiro para as próximas décadas foi a URSS, que naquele momento já tinha reconhecido o governo revolucionário, e iniciou um aumento na sua importação de açúcar cubano. Os soviéticos, apesar de terem uma produção interna suficiente para os padrões de consumo populacional, visavam aumentar seu consumo, buscando estabelecer uma maior qualidade de vida da população, além de ser vista como uma nação desenvolvida com reconhecimento global (Pericás, 2018, p. 29).

Ao mesmo tempo, com a estatização e nacionalização das empresas, o governo visava diversificar sua economia. Assim:

Uma série de indústrias passou para a esfera pública, com uma produção total de US\$2,933 milhões na época [...] Até meados de 1960, o governo já controlava

---

<sup>15</sup> *Caballería* é uma medida de superfície criada e utilizada na Espanha antiga e nas colônias americanas. Em Cuba, 1 *caballería* equivale a 134.202,38 m<sup>2</sup>



40% das terras, 37,6% da indústria açucareira e grande parte da produção industrial. Desde o começo de 1959, haviam ocorrido: intervenções na CCE e a subsequente diminuição nas tarifas elétricas; corte de até 50% no pagamento de alugueis; a instituição de um imposto de 25% sobre a exportação de minerais, a ser pago pelos monopólios; a aprovação da Lei n. 851, de 6 de julho de 1960, confiscando e nacionalizando todas as companhias estadunidenses; e, até o final daquele ano, a promulgação da lei de reforma urbana e a nacionalização de todos os bancos e de praticamente todas as firmas monopolistas estrangeiras (Pericás, 2018, p. 29-30).

Todas essas mudanças na economia cubana trouxeram um grande crescimento industrial, aumentando o PIB em 10,5% anuais nos dois primeiros anos da Revolução. (Pericás, 2018, p. 30). Diante da pressão econômica dos EUA, para agora quitar as dívidas que Cuba tinha com Washington (que Fidel declarou que não pagaria), além da pressão política, o governo revolucionário buscou implementar a planificação de sua economia. Desta maneira, é criada a Junta Central de Planificação<sup>16</sup> (Juceplan) no Conselho de Ministros de 19 de Fevereiro de 1960, que:

Teria apenas como função coordenar a política econômica do governo. Esse foi o primeiro organismo de planejamento constituído formalmente pelo governo revolucionário. [...] Assim, essa instituição teria como função fixar, orientar, supervisionar e coordenar a política econômica dos diversos órgãos do governo e entidades autônomas (Pericás, 2018, p.31).

A Juceplan era apenas o início das formulações de integrantes do governo revolucionário sobre a planificação. Em 1960, Cuba ainda não era declaradamente um país socialista, como apresentado por José Luis Rodríguez, tal carácter era imprescindível para a possibilidade concreta da planificação:

A planificação em seu sentido pleno só é possível no socialismo. No capitalismo pode haver processos parciais de planificação, quando uma empresa se planifica, e pode haver uma planificação indicativa do Estado, mas não mandatária como no caso de uma economia socialista. Ou seja, podem ser traçados grandes parâmetros de como se deve desenvolver a economia para que o setor privado tenha em conta suas estratégias [...]. Não há possibilidade de desenvolver o socialismo sem planificação, e essa é a definição mais simples e também mais completa do que é a planificação (Rodríguez, 2000 apud Pericás, p.33).

## 2.2 O INÍCIO DA PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA EM CUBA

A planificação econômica acabava de começar na ilha, que teria Che Guevara como um dos protagonistas nos órgãos que dirigiam o processo. Uma medida emblemática que ocorreu na economia cubana, e que implicaria nas ações de planificação no final de 1959 foi a nomeação de Che Guevara para a presidência do

---

<sup>16</sup>A Juceplan tinha como inspiração o Comitê Estatal de Planejamento (Gosplan) da URSS, que era o comitê responsável pelos planos quinquenais, e que definia o futuro da economia soviética.

Banco Nacional de Cuba (BNC). Che não era economista de formação, o guerrilheiro argentino era médico, e se tornou um comandante militar durante a revolução cubana. Sua escolha para ser presidente do BNC, feita por Fidel Castro, era acima de tudo uma “mensagem clara de Fidel Castro a seus políticos internos e externos” (Pericás, 2018, p. 36), afinal, até aquele momento o BNC tinha em seu quadro de liderança diversos economistas “liberais” que não necessariamente defendiam uma radicalização do recém criado governo revolucionário. A escolha de Che não era a única entre as pessoas de confiança de Fidel Castro, que nomeou diversos ministros com esta intenção.

O BNC tinha pouco menos de 10 anos de existência, era uma instituição de prestígio com funções de avaliação e de estudos econômicos. Ao chegar à presidência, Guevara modificou as funções do BNC:

Quando Guevara assumiu a instituição, mudou seu caráter: criou estímulos para mobilizar créditos para atividades que mais interessavam aos novos dirigentes, assim como permitiu a emissão de moeda para cobrir os déficits orçamentários.[...] O banco converteu-se, portanto, no fiscalizador de atividade econômica dos órgãos do governo, assim como das empresas do Estado, desenvolvendo, por outro lado, uma política de créditos para o setor privado (Pericás, 2018, p. 39).

Che transformou o objetivo do BNC, sua preocupação era pensar o desenvolvimento econômico e industrial em Cuba, e não apenas realizar análises e estudos econômicos, como era feito até aquele momento. Desta maneira:

Durante os catorze meses em que o Che permaneceu na instituição, demonstrou seu jeito pouco ortodoxo de trabalhar. Da metade da manhã até altas horas da madrugada, passava o dia despachando, conversando, discutindo e estudando, sempre com seu característico uniforme verde-oliva. Muitas vezes recebia seus convidados e visitantes fumando charutos, com os pés em cima da mesa de trabalho. Isso enquanto enchia o local de assistentes e guarda-costas, em geral garotos do interior, de cabelos compridos, vestindo uniformes militares. [...] Também mostrou certo desprezo pelo dinheiro, ao começar a assinar apenas como “Che” as notas emitidas pela instituição da qual era responsável (Pericás, 2018, p. 40-41).

Além de assumir o BNC, Che já havia assumido outra função importante na condução da economia da ilha. O guerrilheiro argentino assumiu, dias antes do BNC, o Departamento de Industrialização (DI), órgão ligado ao INRA, criado com a responsabilidade de administrar as empresas que haviam sido submetidas à intervenção do governo, “quer porque seus proprietários eram ligados ao antigo regime e enriqueceram com dinheiro público, quer porque seus donos deixaram o país e as abandonaram” (Pericás, 2018, p.37). Che pôde idealizar o DI da maneira que gostaria e, em pouco tempo, assumiu diversas empresas sob o aval do Ministério do Trabalho. O departamento podia intervir em toda empresa no território cubano, podendo

responsabilizar-se pela sua gestão, tendo como objetivos evitar a descapitalização, a sabotagem na produção e prováveis abusos dos donos (Pericás, 2018, p.38). Dessa forma, Che iniciou sua coordenação da economia e da indústria cubanas, era o começo da idealização do Sistema Orçamentário de Financiamento.

A influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) era nítida nos debates sobre o desenvolvimento econômico na ilha, a questão da industrialização e a independência econômica eram os alvos de todos os econômicas latino-americanos nos anos de 1960, reverberando em Che e em outros quadros do governo:

**Pode-se perceber, assim, a influência do pensamento cepalino naqueles primeiros momentos da revolução. De acordo com os principais teóricos da comissão, seria necessário fazer um recondicionamento estrutural das relações de troca com os centros, combinando racionalmente as exportações industriais com a substituição de importações.** Raúl Prebisch comentava que seu objetivo era a transformação do sistema por meio de soluções concretas, a partir da socialização do excedente econômico, corrigindo, conseqüentemente, as imensas desigualdades no campo social e acelerando o ritmo da acumulação (Pericás, 2018, p.43, grifo nosso).

Guevara foi um admirador das contribuições de Raul Prebisch para pensar uma forma de se livrar das garras das economias europeias e estadunidense, contudo, discorda das ideias de que o avanço das economias poderia ser feito sem uma transformação socialista nas políticas dos países da América Latina, seu pensamento estava influenciado pelas percepções leninistas. Carlos Rafael Rodríguez, economista que detinha grande influência em Cuba, também tinha acordo com Che (e outros marxistas) de que no caso cubano o desenvolvimento econômico deveria ir além dos investimentos, pois para ele deveria haver uma política de regulação da economia para um maior controle do Estado, assim desenvolvendo a sociedade socialista (Pericás, 2018, p.44-46). Rodríguez também foi um personagem central do “El Gran Debate”, e suas contribuições para a economia cubana serão retomadas mais à frente.

Desta forma, a CEPAL teve uma grande importância para os economistas cubanos, principalmente no início dos debates, da mesma forma que o pensamento marxista-leninista teve. Pericás destaca que:

Na prática, as propostas eram muito parecidas [entre as ideias da CEPAL e a política adotada pelo governo cubano]; **a principal diferença, no início do processo, estava na ênfase no aprofundamento das medidas, não necessariamente em seu conteúdo.** Mas, como vimos, a própria formação de Guevara e de muitos assessores contribuiu para que, ao longo do tempo, o ‘guerrilheiro heroico’ propusesse projetos mais radicais e originais (Pericás, 2018, p.47, grifo nosso).

Durante este período, em que esteve à frente dos assuntos econômicos da ilha, Guevara se apresentou em público diversas vezes, assim como outros integrantes do governo também fizeram, afinal o governo revolucionário buscava sempre apresentar as questões enfrentadas para o povo cubano. No dia 02 de Março de 1960, ao realizar um discurso na Universidade de Havana, transmitido em televisão, começou se apresentando como o “estudante de primeiro ano de Finanças na Universidade da Revolução” (Guevara, 1982a, p.158). Seu objetivo na conversa com os estudantes era explicar como estava e caminhava a revolução depois de pouco mais de um ano da tomada de Havana, além de apresentar o “papel da universidade no desenvolvimento econômico de Cuba”.

Guevara entendia que Cuba estava entrando em uma nova etapa da revolução, que era desenvolver toda a indústria cubana, assim, afirma que o país já tinha dado o primeiro passo (de ordem política), referindo-se à reforma agrária. Para ele, Cuba era (assim como outros países latino americanos) subdesenvolvida, e listou suas características: a primeira era não ter uma indústria própria, dependendo assim da produção manufatureira do exterior, mas justifica que a aparente prosperidade (que citamos no subtópico anterior) existente na ilha era fruto de o país ser relativamente um grande produtor de açúcar. Ainda explica que os ianques fizeram questão de fazer de Cuba um mono-produtor de açúcar, evitando o crescimento econômico da ilha, essa era outra qualidade essencial de um país subdesenvolvido (Guevara, 1982a, p.159). De qualquer modo, Guevara compreendia que a questão de dependência política foi liquidada no dia de início da revolução, e que Cuba via-se agora em confronto com as políticas estadunidenses. Fez questão de apresentar em sua fala que naquele momento ocorriam as primeiras negociações com a URSS, argumentando, ainda, que Cuba se tornou um exemplo para outros países da América Latina.

No decorrer da conversa, Che explicitou que para ele a educação não molda um país, mas admitiu sua importância para o desenvolvimento econômico. Sua questão principal era explicar para aqueles estudantes que Cuba necessitava de uma indústria desenvolvida para seguir com a revolução, e, assim, de uma mão de obra qualificada e também voltada para o desenvolvimento tecnológico:

[...] num determinado momento, que de acordo com os planos de desenvolvimento do Governo, se necessitará, no futuro, de cem engenheiros químicos, digamos, talvez, e se tomem as medidas necessárias para adaptar o ensino a estes cem engenheiros químicos que fazem falta; coordenação para que não haja um excesso de colegas meus, médicos, que vegetam em postos burocráticos, sem cumprir a grande função social da medicina e respondendo só à luta pela sobrevivência; coordenação para que as velhas carreiras, chamadas humanistas,

sejam reduzidas na medida em que são necessárias somente, para o desenvolvimento cultural de um país e esta massa estudantil se volte para novas carreiras que a técnica está mostrando dia-a-dia e cuja falta hoje se notará profundamente amanhã (Guevara, 1982a, p.162).

E segue:

Este é todo o segredo do triunfo ou do fracasso, não digamos o fracasso, o fracasso relativo, o fracasso em cumprir o plano mais acelerado possível do Governo Revolucionário.

**Nós estamos, neste momento, de acordo com técnicos de organismos internacionais e de acordo com os técnicos do Ministério da Educação, estudando as bases para Institutos Tecnológicos**, que proporcionem uma base média, digamos científica. Isso ajudará o nosso desenvolvimento, mas nunca o país poderá ser realmente desenvolvido enquanto não puder realizar todos os seus planos e fabricar a maioria dos produtos necessários à sua subsistência dentro de suas próprias fronteiras (Guevara, 1982a, p.162, grifo nosso).

Argumentava isso criticando também a falta de relações e planejamento conjunto entre as 3 universidades cubanas<sup>17</sup>, de forma a coordenar o desenvolvimento com o governo revolucionário. Assim finalizou seu discurso, afirmando o quão longe as universidades ainda estavam da Revolução, e convidou os colegas universitários a discutirem os problemas (Guevara, 1982a, p.163).

Em 20 de março de 1960, Che seguiu em suas séries de discursos para a população cubana com uma conferência pronunciada na TV, chamada *Soberania Política e Independência Econômica*. O objetivo do guerrilheiro argentino era o mesmo do outro discurso, apresentar a importância do desenvolvimento industrial cubano. Em sua fala buscou apresentar aos telespectadores primeiramente a definição de soberania política e independência econômica, apontando que as duas andam juntas. Soberania política, segundo Che, era o que Cuba tinha conquistado em 1º de Janeiro de 1959, e que “significa antes de tudo o direito de um país de que ninguém intervenha na sua vida, o direito que tem um povo de adotar o governo ou modo de vida que melhor lhe convenha” (Guevara, 1982a, p.87). Che compreende que uma soberania conquistada só será consolidada se tiver acompanhada da independência econômica:

Dissemos no começo que a soberania política e a independência econômica caminham juntas. Se um país não tem economia própria, se está invadido por um capital estrangeiro, não pode estar livre da tutela do país do qual se depende, e muito menos impor sua vontade se esta se choca com os grandes interesses do país que o domina economicamente. Contudo, esta ideia não é totalmente clara para o povo de Cuba e é preciso lembrá-la de vez em quando. **As bases da soberania política, que foram estabelecidas a 1º de janeiro de 1959, somente estarão totalmente consolidadas quando se consiga uma absoluta independência econômica** (Guevara, 1982a, p.87, grifo nosso).

<sup>17</sup> As Universidades de Havana, Las Villas e Oriente, as únicas 3 universidades anteriores à revolução cubana.

Ao longo do seu discurso, Che apresenta que a luta pela independência econômica seria uma nova guerra, assim como a guerrilha na Sierra Maestra<sup>18</sup>, mas que agora os guerrilheiros seriam o povo cubano, e só com o desenvolvimento industrial seria possível estabelecer a revolução e mudar as condições de vida do povo:

Alcançado o grande objetivo estratégico da queda da tirania e o estabelecimento do poder revolucionário nascido do povo, cujo braço armado é agora um exército do povo, o novo objetivo estratégico é a conquista da independência econômica, uma vez mais a conquista da total soberania nacional. Ontem, os objetivos táticos dentro da luta eram a Sierra, as planícies, Santa Clara, o Palácio, Columbia, os centros de produção, que se devia conquistar através de um ataque frontal, pelo cerco ou pela ação clandestina.

**Nossos objetivos táticos de hoje são o triunfo da Reforma Agrária, que fornece a base para a industrialização do país, a diversificação do comércio exterior, a elevação do nível da vida do povo, para alcançar este grande objetivo estratégico que é a libertação da economia nacional** (Guevara, 1982a, p.90, grifo nosso).

Ao final de sua fala, ainda apresentou os acordos para exportação de açúcar para a URSS e empréstimos financeiros para investimentos industriais, defendendo que diferente da dependência econômica que a ilha tinha com os EUA, o que ocorreria nesses acordos era um ganho mútuo entre a URSS e Cuba, já que a potência europeia/asiática buscava se consolidar como um país de grande desenvolvimento e Cuba buscava desenvolver sua indústria (Guevara, 1982a, p. 92-94).

Em outubro de 1960, Che Guevara liderou uma comitiva do governo cubano em uma viagem aos países socialistas europeus e asiáticos. O objetivo da viagem era realizar uma série de acordos com estes países. Assim como já era de costume, Guevara apresentou ao povo cubano um relatório da viagem<sup>19</sup>, sua intenção era dizer ao povo cubano o quão grande seria o avanço da indústria cubana com os acordos conquistados.

Como mostra o quadro 3 a seguir, a comitiva liderada por Che Guevara passou por 6 países do Bloco socialista: Tchecoslováquia, URSS, Alemanha Oriental, Hungria, Coreia do Norte e China, realizando uma série de acordos econômicos em alguns desses países:

### **Quadro 3 - Acordos econômicos na viagem de Che Guevara ao bloco socialista em 1960**

<b>Países</b>	<b>Principais acordos</b>	<b>Acordos secundários</b>
---------------	---------------------------	----------------------------

<sup>18</sup> Che Guevara buscou fazer uma alusão a guerrilha realizada em Sierra Maestra, Cuba, ocorrida durante o processo da tomada do poder pelos revolucionários cubanos.

<sup>19</sup> *Relatório de uma viagem aos países socialistas* (Guevara, 1982, p. 102-111).

Tchecoslováquia	- Crédito de US\$20 milhões para instalação de fábrica de trator, caminhão e motores.	- Convênio para instalação de pequenas oficinas.
URSS	- Venda de 2,7 milhões de toneladas de açúcar para URSS; Construção de uma fábrica de limas e uma de peças de reposição; - Construção de uma refinaria de açúcar com capacidade para 1 milhão de toneladas anuais; - Construção de uma siderúrgica com capacidade para produção de 1 milhão de toneladas de aço.	- Acordo para encontrar possíveis riquezas na ilha, como cobre, níquel e manganês; - Crédito para aumentar a produção de aço de 70 mil toneladas para 1,5 milhão.
China	- Empréstimo de 60 milhões de pesos ou dólares sem juros, usado para compra de uma indústria têxtil.	
Alemanha Oriental	- Empréstimo de 10 milhões de pesos.	

Fonte: Elaboração Própria (baseado em Pericás, 2018, p. 51-53 e Guevara, 1982a, p. 102-111 ).

O guerrilheiro também fazia questão de apresentar suas percepções da recepção camarada que tivera, e não poupou elogios aos países, porém, alguns comentários específicos nos chamam atenção, como o momento em que descreve seu encontro com o primeiro ministro chinês Chou En-Lay, e a discussão entre as comitivas em relação ao texto conjunto elaborado para comunicar o empréstimo:

Com o ministro Chou En-Lay tivemos uma discussão, porque se assinou um comunicado conjunto. Nesse comunicado conjunto, a delegação cubana colocou em um parágrafo: 'A ajuda desinteressada dos países socialistas'. **Isto provocou uma longa discussão quase filosófica, porque eles se negaram absolutamente a admitir a palavra 'desinteressada'. Eles disseram que de maneira nenhuma, que eles davam sua ajuda, mas uma ajuda interessada e que era uma ajuda interessada mesmo, não havendo interesses monetários, porque Cuba era neste momento um dos países que estavam na vanguarda da luta contra o imperialismo e o imperialismo é o inimigo comum de todos os povos, que ajudar Cuba era o interesse de todos os países socialistas.** Assim, a expressão 'ajuda desinteressada' foi mudada para 'ajuda' somente (Guevara, 1982a, p.108, grifo nosso).

E o guerrilheiro, na sequência, comentou a explicação do porquê o dinheiro deveria ser um empréstimo, mas que não necessariamente precisaria ser pago:

Além disso, nos explicaram que todos os empréstimos têm de ser realizados sob a forma de empréstimo, porque é o que estabelece o Direito Internacional, com respeito aos países soberanos, **mas que Cuba teria de pagá-lo no momento em que pudesse, e que se não pudesse pagá-lo não teria importância alguma** (Guevara, 1982a, p.109, grifo nosso).

Outro acontecimento interessante apontado no relatório é a definição que Che faz da Coreia Popular (Coreia do Norte). Cuba não obteve grandes ajudas financeiras da Coreia, mas Guevara demonstrou admiração ao olhar o desenvolvimento industrial que o país tinha obtido logo após a guerra, algo que o guerrilheiro atribui ao espírito revolucionário do povo coreano (Guevara, 1982a, p.110).

Guevara ainda comentou em seu relatório que cada país socialista mostrou sua camaradagem ao contribuir com o desenvolvimento econômico da revolução cubana através de empréstimos mínimos, mesmo que estes países passassem por problemas financeiros. A Alemanha Oriental, por exemplo, passava por diversos problemas financeiros e, mesmo assim, de forma solidária, emprestou 10 milhões de pesos a Cuba. Ao fim de seu relatório fica claro que não só Che, mas que os quadros do governo cubano se sentiam nos “países das maravilhas” no mundo socialista<sup>20</sup>. A ajuda destes países possibilitou um avanço que fez Cuba se tornar uma das indústrias mais avançadas da América Latina (Guevara, 1982a, 111).

Um acontecimento primordial para a consolidação das políticas de transformação na revolução, que não podia estar isolado em meio aos debates econômicos, foi a declaração do caráter socialista da revolução cubana. Apesar de já realizar diversos acordos com o bloco socialista, e o bloco encantar muitos integrantes do governo, a revolução ainda detinha um caráter nacionalista, buscando o desenvolvimento e lutando contra a dependência estadunidense. É, todavia, com o ataque sofrido pelas forças estadunidenses e cubanas anti-revolucionárias exiladas nos EUA, que Fidel Castro declara o caráter socialista, em um discurso realizado em 16 de Abril de 1961. De modo geral, Cuba sofreu dois ataques, o primeiro aéreo em 15 de Abril de 1961, onde os caças estadunidenses invadiram o espaço aéreo cubano, e o segundo (já após a declaração de Castro), a tentativa de invasão à Baía dos Porcos - em Cuba o evento ficou conhecido como *La Batalla de Girón*. A resistência do povo cubano, que naquele momento já estava armado, permitiu a vitória do governo revolucionário contra os invasores, consolidando assim a revolução como anti-imperialista e, agora também, socialista (marxista-leninista) (Bambirra, 1973, p. 138-148).

Ainda em 23 de fevereiro de 1961, Che Guevara deixou o BNC e assumiu o Ministério de Indústrias (Minind). Neste momento seu objetivo era aprimorar todo o

---

<sup>20</sup> Em seu relatório, Che relembrou que meses antes de sua viagem aos países socialistas, Núñez Jiménez, primeiro diretor do INRA, viajou aos países, e Núñez ficou tão entusiasmado, que foi apelidado de “Alice no país das maravilhas”. Após contar sua experiência e também ficar encantado com os países socialistas, Che Guevara ironizou dizendo que podiam chamá-lo de “Alice no continente das maravilhas”.



processo de industrialização junto às fábricas controladas pelo Minind, a fim de consolidar de fato o que viria a ser o SOF. O ano de 1961 iniciou-se com a construção de novas indústrias em ritmo acelerado após os acordos econômicos, porém, ainda era necessário aprimorar muitos aspectos de como a indústria iria atuar. Che e sua extensa equipe no ministério ficaram responsáveis por todas as indústrias que antes estavam no DI, salvo as agropecuárias, que pertenciam ao Inra, e as indústrias da construção civil, que estavam alocadas no Ministérios de Obras Públicas (Pericás, 2018, p.55).

O Minind buscou centralizar as indústrias que estavam em seu controle, para melhor operar sua produção, que ainda padecia de carências de técnicos e recursos:

[...] Já no final de 1960, o DI vinha administrando diversas empresas nacionalizadas utilizando esse modelo. Elas de forma geral careciam de quadros técnicos qualificados e tinham poucos recursos, e muitas vezes faziam parte da mesma cadeia produtiva. Por esse motivo, foi criado um fundo bancário centralizado, que deveria ser utilizado - de acordo com as avaliações do departamento - para suprir as necessidades das fábricas no conjunto. O capital, assim seria direcionado e distribuído para onde fosse necessário no momento, objetivando maior eficiência produtiva geral. Surgiram assim as 'empresas consolidadas' (ou seja, unidades produtivas que funcionam como parte de uma empresa maior, controlada pelo Estado).

[...] As empresas consolidadas podiam ser de açúcar, energia elétrica, cimento-cerâmica, medicina, mineração, papel, petróleo, fertilizantes, fibras sintéticas e química básica, entre outras (Pericás, 2018, p.57-58).

Guevara criou subdivisões no ministério, deixando o Minind mais eficiente, como elucidado no quadro 4, podemos perceber cada função das direções:

**Quadro 4 - Subdivisões do Ministério de Indústrias em 1961**

<b>Subdivisões</b>	<b>Funções</b>
Direção de Abastecimento e Venda	Responsável pelo fornecimento de matérias-primas e pelas vendas para diferentes indústrias cubanas e para do Ministério do Interior
Direção de Trabalho e Salário	Responsável por fazer análise do custo dos produtos e seus preços
Direção de Finanças	Responsável pelo estabelecimento do controle financeiro do plano de produção de cada empresa
Direção de Colaboração Técnico-Econômica	Responsável pela recepção dos recursos advindos do bloco socialista nessa área
Direção de Relações com Indústrias Privadas	Responsável pelo enxugamento do setor não público do país*
Direção de Organização	Responsável por racionalizar ao máximo toda essa estrutura

Fonte: Elaboração própria baseada em Pericás, 2018, 60-61.

\*Essa função na prática se tratava de uma atividade restrita

Além das funções elucidadas no quadro 4, Pericás explica que quando existia a necessidade de haver uma decisão sobre como e onde iriam construir determinada fábrica, a responsabilidade era da Direção de Organização, que iniciava o processo. Na sequência, o órgão:

[...] passava as informações para a Subsecretaria para a Construção Industrial, que, por meio de sua Direção de Investimentos, deliberava como e para onde seriam canalizadas as inversões necessárias. Então, a Direção de Projetos elaborava o plano para a unidade, que poderia ser discutido com técnicos de outros países socialistas e com a Direção de Pesquisas Tecnológicas. No final do processo, a Direção de Execução de Projetos levava os planos a termo (Pericás, 2018, p. 60-61).

Cabe ressaltar o alto rigor que havia nas reuniões entre seus quadros, a fim de se garantir a maior eficácia possível no controle das empresas. Porém, apesar de toda aplicação para maior eficiência, Cuba ainda necessitava de matérias-primas que não detinha em grande escala, como petróleo. Conjuntamente, expressava-se a falta de reposição de peças para máquinas, a ilha não conseguiu progredir no ritmo esperado, gerando falta de produtos de consumo, ao mesmo tempo que crescia a demanda por eles (Pericás, 2018, p.68-69). Em 1962, Guevara já admitia que os resultados não foram o que era almejado, e que o erro foi tentar acabar com a importação de produtos manufaturados a partir do desenvolvimento industrial, algo que não foi possível pela falta de matéria-prima para a produção, assim comenta:

[...] faltou-nos dar a devida ênfase ao aproveitamento de nossos próprios recursos: **trabalhamos com o olhar fixo na substituição de importações de artigos acabados, sem ver claramente que esses artigos são feitos com matérias-primas que é necessário ter para fabricá-los.** [...] Vejamos exemplos: nos próximos meses, entrará em produção uma fábrica de escovas e pincéis; esta fábrica trabalhará com matérias-primas importadas. Uma fábrica de parafusos trabalhará com matérias-primas importadas até que tenhamos a siderúrgica. Fábrica de picaretas e pás, com matérias-primas importadas. Fábricas de eletrodos para soldar trabalhará com matérias-primas importadas. Fábricas de arames farpados, com matéria-prima importada. Algumas mais estão em situação parecida [...] Tudo está indicando que nos faltou a base de criação de matéria-prima e, num país com nossas características, um dos pilares fundamentais é a siderurgia. Já estamos desenvolvendo-a, com a ajuda dos soviéticos, e teremos de fazê-lo em alta velocidade, a mais alta velocidade possível, de acordo com nossas forças e com as condições reais, mas até que não a tenhamos não poderemos dar o primeiro passo para caminharmos sozinhos (Guevara, 1988, p. 196 apud Pericás, 2018, p.70).

Já em 1964, “[...] somente 50% da capacidade total da maquinaria importada estava funcionando, em função da falta de manutenção, reparos e organização” (Pericás,

2018, p.71). Em suma, a ilha caminhava a passos lentos para a consolidação da sua indústria mais diversificada, ainda sem eficiência, causada pela escassez de matéria-prima, e, conseqüentemente, de produtos. Além do mais, a série de acordos com o bloco socialista, que buscava solucionar a insuficiência na produção, criou uma grande dependência econômica de Cuba em relação aos países socialistas europeus, havendo um grande número de especialistas (em sua maioria soviéticos) em diversos setores da indústria. Cuba, apesar de criar uma “nova economia”, via-se dependente do bloco socialista enquanto não desenvolvesse uma força de trabalho própria e matérias-primas que resolvessem o problema da falta de organização, manutenção e escassez (Pericás, 2018, p.74-75).

### 3 O DEBATE ENTRE SISTEMA ORÇAMENTÁRIO DE FINANCIAMENTO E CÁLCULO ECONÔMICO

Adentrando a questão do debate da gestão econômica em Cuba, neste capítulo abordaremos as questões que construíram esta discussão, e, na sequência, o conteúdo das contribuições em si. Em um primeiro momento, examinaremos como ocorreu o debate sobre as reformas econômicas nos países socialistas europeus, que antecedeu o debate cubano e teve certa influência na discussão cubana. Na sequência, de forma detalhada, veremos cada contribuição sobre debate, analisando cada questão apresentada entre os dois sistemas de financiamento. Por fim, faremos nossas considerações em relação às controvérsias apresentadas.

#### 3.1 ANTECEDENTES DO DEBATE: A PLANIFICAÇÃO E AS REFORMAS NO LESTE EUROPEU

Desde 1959 o bloco socialista no leste europeu já debatia o quão eficiente ou não era a planificação econômica centralizada. A crise da desestalinização da URSS e o surgimento de uma política econômica reformista na Iugoslávia foram os primeiros elementos desse grande debate que reverberou em Cuba nos anos seguintes.

Na URSS, a morte de Stalin em 1953 e a confissão, através do novo primeiro-ministro soviético Nikita Khrushchev, dos crimes ocorridos no país mudaram o rumo dos partidos comunistas ligados pela Comintern, contudo, no bloco socialista europeu, as mudanças seguiam para uma descentralização econômica. Alguns economistas se destacaram pelas ideias “reformistas”, como Liberman, Kantorovich, Novojilov e Trapiéznikov, que foram amplamente divulgadas através de manuais, e que influenciaram alguns membros do governo cubano, assim como comunistas de todo mundo (Pericás, 2018, p.77). A diminuição da taxa de crescimento dos países era o ponto relevante para que cada vez mais essas políticas adquirissem prestígio. A política, que já fora aplicada em pequenas proporções desde a metade da década de 1950, ganha força no início da década seguinte:

A partir de 1962, o debate sobre os rumos do planejamento centralizado ganhou intensidade, até culminar na reforma econômica soviética de 1965 e nas mudanças análogas no ‘mecanismo econômico’ de outros países, como a Tchecoslováquia e a Hungria, nos anos subsequentes. **O que os ‘reformistas’ propunham era que o plano para uma empresa estabelecesse o total da**

**produção em termos muito gerais, mas que os detalhes de sua implementação fossem a cargo da própria unidade, baseando-se na necessidade concreta dos consumidores** (Pericás, 2018, p.77-78, grifo nosso).

O que se viu na sequência foi uma série de reformas nesse sentido, em diferentes setores da economia soviética ou de outros países socialistas europeus. O governo de Khrushchev não durou muito tempo, e o governo seguinte, apesar de crítico à sua estrutura administrativa, não voltou atrás nas políticas reformistas, buscando, em vez disso, aprimorá-la. Consolidou-se uma política que visava combinar uma espécie de centralização com “independência econômica e a iniciativa por parte da empresa” foi a chave para a reforma econômica na URSS. Assim, nas “reformas o objetivo principal [era o] de diversificar a produção e estimular a produtividade sem, contudo, renunciar ao controle estatal [...]” (Pericás, 2018, p.79).

Na realidade, consolidaram-se, na URSS, uma série de mudanças políticas e econômicas em órgãos estatais, as empresas soviéticas começaram a funcionar de forma mais racional e eficaz, porém trazendo consigo toda busca por maior produtividade e lucro, era nítida uma recondução às práticas capitalistas de produção. Em resumo, as reformas já iniciadas por Khrushchev (ainda na década anterior), lideradas pelas ideias de Liberman, que se apoiava na defesa do mercado, preços, lucro e iniciativa dos administradores, foram mantidas ao longo das próximas décadas, mas com uma outra estrutura administrativa, que era extremamente burocrática (Pericás, 2018, p.82).

Este sistema ficou conhecido como “Cálculo Econômico”, mas que, segundo Che, não era uma boa tradução e preferiu muitas vezes traduzir para: autofinanciamento das empresas ou autogestão financeira (Guevara, 1982, p. 173), terminologia também utilizada pelos demais quadros cubanos e economistas marxistas. Desta forma, é importante pontuar que no decorrer desta pesquisa, quando nos referirmos ao sistema do Cálculo Econômico, a grosso modo, estamos nos referindo ao sistema de empresas com gestão descentralizada, a defesa das práticas de mercado entre elas, e a defesa da lei do valor na sociedade socialista. Contudo, é importante pontuar que nem sempre os defensores das práticas de autogestão defendiam a mesma “intensidade” dessas políticas, alguns compreendiam a defesa completa da circulação de mercadoria em livre mercado, outros já defendiam uma certa centralização com autonomia das empresas, isso em diferentes países e contextos.

É bem verdade que na prática a NEP já constituía algumas características do Cálculo Econômico, pois a divergência entre o proletariado urbano e o campesinato naquela conjuntura apontava uma necessidade de intervenção, ou de confronto,

defendido por Preobrajenski, ou de conciliação, defendido por Lênin e Bukharin (Vasconcelos, 2011,p. 42-43). Mas a NEP, como já comentamos, tratou de permitir as relações mercantis entre campo e cidade, já nas políticas reformistas após a queda do stalinismo, a grande questão era o uso da lei do valor, tendo como ponto central a defesa da livre concorrência entre as empresas soviéticas descentralizadas (Vasconcelos, 2011, p. 44).

Guevara não concordava com essas políticas, via nessas reformas de descentralização práticas plenamente capitalistas na produção, “É um fato que no sistema de ‘autogestão’ [...] não há nenhuma conexão entre aparato e massas. No sistema de autogestão, a medida do valor do homem é o que ele produz, coisa que o capitalismo realiza perfeitamente, melhor dizendo, perfeitíssimamente.” (Guevara apud Pericás, p. 83).

O burocratismo soviético, aliado às reformas, levou pouco a pouco sua economia a índices catastróficos, se tornando um dos elementos que contribuíram na dissolução do país no final do século XX. Foi então que outro país socialista serviu de referência para os economistas “reformistas”, a Iugoslávia, governada pelo Marechal Josip Tito. Muito menos burocrático que a URSS, o país europeu rompeu com os soviéticos ainda na década de 1940, e, desde então, realizou uma série de aproximações com os Estados ocidentais de economias capitalistas (Pericás, 2018, p.88-89).

O país, que até então era predominantemente agrícola, após a Segunda Guerra Mundial e a proclamação da república popular, iniciou o processo de nacionalização das indústrias, distribuição de terras e planificação econômica. A ruptura precoce com os soviéticos fez que o sistema de autogestão fosse implementado em ritmo acelerado desde o início da década de 1950:

As ideias de ‘autogestão’ operária, inspiradas principalmente por Edvard Kardelj, eram uma reação contra a burocracia e a excessiva centralização anteriores que supostamente se caracterizava pelo ‘coletivismo autoritário’, impossibilitando a iniciativa individual, apresentando demasiado controle vertical e menor produtividade. Também haveria uma nova forma de exploração, já que uma camada social monopolizaria as funções de administração da produção e distribuição do lucro. Os burocratas, agindo em nome dos trabalhadores, seriam os novos exploradores (Pericás, 2018, p.89).

A busca pelo fim da burocracia na economia fez o país basicamente liberar o livre mercado, possibilitando a criação do livre consumo de mercadorias que podia ser feito por firmas que não eram ligadas ao Estado, todas as políticas realizadas pelo governo visavam a livre concorrência. “Em suma, a Iugoslávia tentou reconstruir seu modelo

econômico por meio de ações gradativas em direção ao livre mercado” (Pericás, 2018 p.90).

Nos anos posteriores, o país europeu buscou consolidar o sistema de autogestão das empresas buscando um alto desenvolvimento acelerado, criando assim uma grande proximidade com o ocidente, possibilitando uma série de acordos com empresas capitalistas ocidentais e, apesar de criar uma alta produtividade, criou-se uma grande competição, produzindo desigualdade e a valorização do lucro, condições inerentes ao capitalismo (Pericás, 2018, p.91-94).

Apesar de se tornar uma referência para economistas defensores da autogestão, o sistema iugoslavo teve grande reprovação de Che Guevara. Em 1959, o revolucionário já compreendia o quão difícil de entender era aquele sistema que, apesar das características capitalistas, apresentava bons resultados na qualidade de vida da população, afirmando que “a característica da sociedade iugoslava é o capitalismo empresarial com uma distribuição socialista dos lucros” (Guevara, 1988, p. 68-69 apud Pericás, 2018, p.95). Já em 1964, o guerrilheiro se manifestou de forma mais categórica: “[...] na Iugoslávia funciona a lei do valor, na Iugoslávia fecham-se fábricas porque não rendem [...]” (Guevara, 1982, p. 70 apud Pericás, p.95).

A Iugoslávia consolidou-se assim como uma espécie de “terceira via” ao capitalismo estadunidense e ao socialismo burocrático soviético, seu objetivo era consolidar o sistema de autogestão nas empresas e exercer pouca influência estatal. Além do mais, outros países buscaram aprimorar as reformas visando a autogestão das empresas, um exemplo disso foi a Polônia, que iniciou as reformas em 1965, contrariando as burocracias soviéticas, e que também visava o papel dos custos e lucros e menos a questão dos níveis de deliberação:

A partir de então, os planos deveriam ser mais ‘científicos’ e menos ‘arbitrários’, com o cálculo de custos e lucros tendo um papel cada vez maior em todos os níveis de decisão; previa-se aumento de reservas e a descentralização de deliberações sobre alocação de recursos. O objetivo, como nos outros casos, era melhorar a qualidade dos artigos, aumentar a produtividade e desencorajar a produção sistemática de bens com pouca possibilidade de venda. Ou seja, o plano passou a se direcionar cada vez mais para as empresas e seus trabalhadores (Pericás, 2018, p.87).

Como pudemos observar, Che Guevara não estava de acordo com as reformas aplicadas nestes países, distanciando-se, portanto, deles (Pericás, 2018, p.96). Todavia, a influência dos manuais econômicos havia chegado a outros membros do governo cubano que criaram certo acordo com o Cálculo Econômico, assim “as ideias dos ‘reformistas’

soviéticos ganharam vários adeptos em Cuba” (Pericás, 2018, p.81).

### 3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DO DEBATE

O debate ocorrido no leste europeu teve grandes repercussões em Cuba. Se na Europa ocorreu a consolidação da lei do valor e de um mercado privado descentralizando a indústria, Che Guevara, como já comentamos, não concordava com a descentralização e com o uso da lei do valor no socialismo. O Ministro desde o início da revolução já elaborava um sistema de contabilidade das empresas com características próprias, utilizando-se da organização das empresas expropriadas do monopólio estadunidense, as empresas primeiramente residiam no DI, e depois no Ministério de Indústrias, este sistema viria a ser o SOF. Por outro lado, alguns quadros econômicos de Cuba concordavam com as teses soviéticas sobre a descentralização como maior eficiência no desenvolvimento econômico, assim defendendo o CE. A partir deste contexto o embrião do debate já estava concebido (Pericás, 2018, p. 99).

É válido destacar que apesar dos sistemas coexistirem desde as primeiras expropriações e da organização das indústrias cubanas, a Lei Nº 1122 de 23 de Agosto de 1963 autorizou o funcionamento simultâneo do SOF e do CE, entendendo que naquele momento os dois sistemas eram importantes para o desenvolvimento econômico da revolução. Além disso, em seu conteúdo a lei buscava organizar o modelo do Sistema Orçamentário, descrevendo como seria o método de finanças e a relação com o BNC e o Ministério da Fazenda.

Apontamos ainda, que apesar de se tratar de um debate econômico, ele tem um grande impacto político, tanto em Cuba, já que apresentava o caminho que o país iria seguir em relação à organização social da produção, quanto em nível mundial, já que representava uma nova dinâmica de organização da sociedade socialista, até então muitas vezes pautado por um único tipo de organização. Deste modo, compreendemos que ao analisar o debate a seguir, é necessário um olhar não só econômico mas também político.

Assim, o “El Gran Debate”, consistiu numa série de artigos entre junho de 1963 a dezembro 1964. Che Guevara foi o maior contribuidor do debate, não só em números de textos, no qual contribuiu com 5 artigos, mas também por coordenar a criação da Revista *Nuestra Industria Económica*<sup>21</sup> (1963), que seria junto com a revista *Cuba Socialista*, os

---

<sup>21</sup> O Ministério de Indústrias, na verdade idealizou três revistas, além da *Nuestra Industria Económica*,



veículos oficiais responsáveis pela divulgação dos textos (Pericás, 2018, p.99).

Segundo Mandel, podemos compreender quatro questões sobre o debate, duas de ordem prática e duas de ordem teórica. As questões práticas seriam: a organização das empresas e a importância relativa dos estímulos materiais. Já as questões de ordem teórica seriam: o papel exato da lei do valor e a natureza estrita dos meios de produção estatizados, nesta última a grande questão era a reflexão se o produto produzido era ou não mercadoria (Mandel, 1982, p. 165). Desta maneira, os lados, as principais questões e os personagens, podem ser exemplificados da seguinte forma no quadro a seguir:

**Quadro 5 - Síntese do debate econômico em Cuba 1963-1964**

Autores que defendem o Sistema Orçamentário de Financiamento (SOF)		Questões com as quais contribuiu	Autores que defendem o Cálculo Econômico (CE)/ Autofinanciamento		Questões com as quais contribuiu
Autores	Funções/Cargos		Autores	Funções/Cargos	
Alexis Codina	Sem função especificada	- A organização das empresas; - A importância relativa dos estímulos materiais; - Papel da lei do valor.	Alberto Mora	Ministro do Comércio Exterior	- Papel da lei do valor; - Natureza estrita dos meios de produção estatizados.
Che Guevara	Ministro de Indústrias	- A organização das empresas; - A importância relativa dos estímulos materiais; - Papel da lei do valor; - Natureza estrita dos meios de produção estatizados.	Carlos Rafael Rodríguez	Presidente do INRA	- A organização das empresas
Luis Álvarez Rom	Ministro da Fazenda	- A organização das empresas	Joaquín Infante Ugarte	Diretor de Finanças e Preços do INRA	- A organização das empresas; - A importância relativa dos estímulos materiais; - Papel da lei do valor; - Natureza estrita dos meios de produção estatizados.
Mario Rodríguez Escalona	Vice-Ministro da Fazenda	- A organização das empresas; - A importância	Marcelo Fernández Font	Presidente do BNC	- A organização das empresas

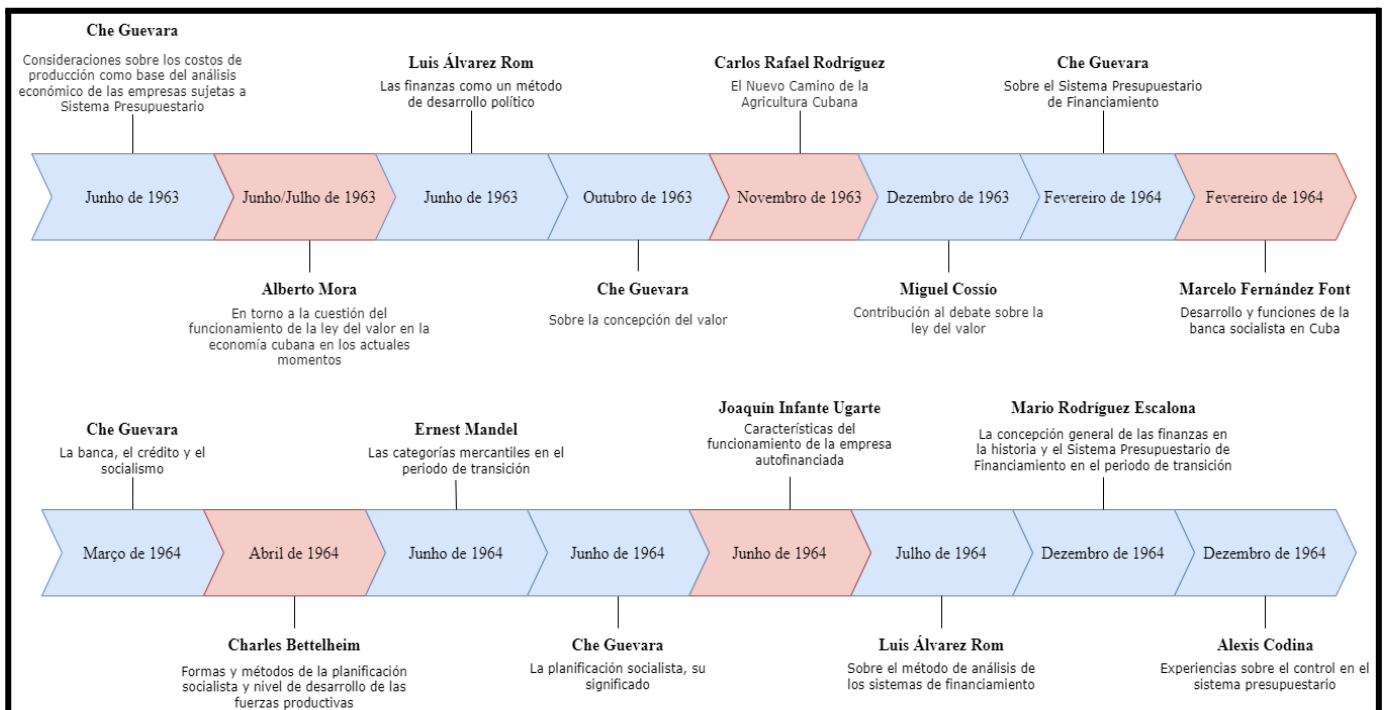
existia *Nuestra Industria* (1961) dirigida por Juan Valdés Gravalosa, e *Nuestra Industria Tecnológica* (1962), editada por María Teresa Sánchez e supervisionada por Tirso Sáenz. Todos com o objetivo de divulgar os avanços que estavam ocorrendo na indústria cubana, além dos debates entre os autores ligados à economia cubana. (Pericás, 2018, p.99).

		relativa dos estímulos materiais; - Papel da lei do valor; - Natureza estrita dos meios de produção estatizados.			
Miguel Cossío	Funcionário da Jusplan	- A organização das empresas; - Papel da lei do valor.			
<b>Autores Internacionais</b>			<b>Autores Internacionais</b>		
Ernest Mandel	Economista	- A organização das empresas - A importância relativa dos estímulos materiais - Papel da lei do valor; - Natureza estrita dos meios de produção estatizados.	Charles Bettelheim	Economista	- A organização das empresas - A importância relativa dos estímulos materiais - Papel da lei do valor; - Natureza estrita dos meios de produção estatizados.

Fonte: Elaboração Própria (a partir de Pericás, 2018. p.99-114)

Deste modo, realizaremos um breve recorrido de cada texto do debate em ordem cronológica, visando expor como sucedeu a confrontação entre os membros do governo cubano. A Figura 3, busca exemplificar a ordem cronológica das contribuições que formaram o “El Gran Debate”.

**Figura 3 - Linha do tempo dos artigos elaborados no debate econômico em Cuba\***



Fonte: Elaboração Própria (a partir de Guevara, 2006).

\* Destacados em azul os artigos que defenderam o Sistema Orçamentário de Financiamento e em vermelho os artigos que defenderam o Cálculo Econômico.

O primeiro tema de debate apresentado aborda a questão da lei do valor, em uma discussão elaborada pelos Ministros Che Guevara e Alberto Mora, além da rigorosa contribuição do economista cubano Miguel Cossío.

O texto inicial de Guevara chama-se *Consideraciones sobre los costos de producción como base del análisis económico de las empresas sujetas a Sistema Presupuestario* (junho de 1963, Nuestra Industria Económica). Guevara, inicia o texto apresentando que o mercado capitalista é regido pela lei do valor, indica que não é possível pensar a lei do valor fora do mercado capitalista, que seria o seu meio natural, ao mesmo tempo em que pode-se dizer que a forma de expressão da lei é o próprio mercado. Já no socialismo, o mercado perde as características de livre concorrência e vai adquirindo outras formas, que são delimitadas pelo campo socialista (Guevara, 1982d, p.172).

Che explica que a escassez na sociedade cubana levaria ao aumento do preço regulado pela oferta-demanda dos produtos, mas isso não ocorreu, pois o governo cubano realizou um congelamento desses preços, a partir de uma política de racionamento. Assim, "o valor real das mercadorias não se pode expressar através do mercado" (Guevara, 1982d, p.172). O guerrilheiro elucida que a partir do controle dos preços (não necessariamente pelo racionamento, que era momentâneo), em uma economia planificada socialista, poderia existir um controle dos preços diferentes do mundo exterior, utilizando-se de um processo de produção e distribuição conjunto, e realizando cálculos aproximados dos custos da produção - dessa forma poderia haver uma nova relação de preços. (Guevara, 1982d, p.172). Na sequência, Guevara indaga como se daria o controle dos preços, e como coincidiriam os preços com o valor, esses seriam, para o autor, os problemas mais sérios para a economia socialista. Apresenta que na União Soviética, a planificação seguiu o modelo do Cálculo Econômico, nas palavras de Che, o modelo de autogestão financeira consistia em:

A autogestão financeira se baseia, pois, em grandes linhas, em estabelecer controles globais, refleti-los através das finanças, fazer dos bancos órgãos de controle primário da atividade da empresa e desenvolver adequadamente o estímulo material, de maneira que, submetido às regras necessárias, sirva para provocar a tendência independente ao aproveitamento máximo das capacidades produtivas, o que se traduz em benefícios maiores para o operário, individualmente, e para o coletivo da fábrica. Neste sistema, os créditos

concedidos às empresas socialistas são cobrados com juros, como meio de acelerar a rotação dos produtos (Guevara, 1982d, p.173).

Logo na sequência descreve o SOF, caracterizado pela centralização de toda atividade financeira das empresas, e que para sua realização necessitava de um avanço contábil elevado, o que impediria uma possível burocracia. Já o banco teria uma função quase que adversa do Cálculo Econômico, no SOF a instituição tem a função de fornecer quantias, já estabelecidas em orçamento, em dinheiro para as empresas, algo que poderia ocorrer no CE, mas no caso do SOF não haveriam juros, já que não existiriam relações entre diferentes personalidades jurídicas. De forma geral, o que ocorria era um fluxo de produção dos produtos, que só se tornariam mercadoria quando fossem vendidos ao consumidor final, já que dentro da produção, tudo que era produzido pertencia ao setor estatal (Guevara, 1982d, p.173).

Já neste texto (que é o pioneiro do debate) Guevara compreendia que o sistema poderia funcionar, mas que ele estava sujeito a falhas:

O sistema demonstrou que pode funcionar. No entanto, podemos apontar debilidades que o fazem alvo de sérias objeções.

Estas objeções se referem fundamentalmente à falta de estímulo material direto e à tendência ao burocratismo que traz dentro de si (Guevara, 1982d, p.173).

Válido dizer que ele já apontava para a questão da falta de estímulo material, um dos pontos fundamentais de divergência das correntes apresentadas. Todavia, a preocupação desse pequeno texto eram os custos, sobre eles o autor argumenta que deveria existir uma grande análise para o cálculo, a fim de não haver distorção nos preços a partir de um mercado externo. Apresenta que no sistema de contabilidade usado por eles, o custo era dividido da seguinte forma: matérias-primas; materiais diretos; materiais indiretos; custos da força de trabalho; desperdício; e segurança social. Che detalha que para a diminuição dos custos era necessário atuar sobre esses itens, exceto a segurança social, que segundo Che não poderia entrar nesta conta, sendo um gasto que no futuro deveria ser uma preocupação de cada Estado, que reservaria um orçamento para a segurança social. Desse modo, ele detalha os métodos para alcançar esse objetivo:

Com relação às matérias-primas e aos materiais diretos consumidos, pode-se atuar fazendo economias diretas, através de mudanças tecnológicas que evitem o desperdício.

Quanto aos materiais indiretos pode haver economia baixando-se o consumo de eletricidade, de combustível, etc., seja por uma simples gestão organizativa, ou, em outros casos, por mudanças tecnológicas; e quanto a força de trabalho, se pode baixar seus custos relativos aumentando a produtividade geral. Com respeito à amortização, temos de desenvolver métodos mais científicos, que permitam

estabelecer claramente, e ao mesmo tempo prolongar a vida útil dos fundos básicos mediante a manutenção adequada, o que permitirá fazer da amortização um verdadeiro fundo de acumulação (Guevara, 1982d, p.175).

Já ao final da sua contribuição, Che Guevara concluiu que isso levava a um “denominador comum”, que era o “aumento da produtividade no trabalho”, que segundo ele, era a base fundamental da sociedade socialista. Indica duas formas de controlar os custos: o primeiro, o administrativo, o qual Cuba lutava para avançar cada vez mais, mesmo lidando com toda sua dependência econômica, com os problemas de atrasos educacionais, além da burocratização. Já a segunda forma, seria o cuidado individual dos custos, algo que deveria ser alcançado pela conscientização dos trabalhadores pelo partido (Guevara, 1982d, p. 175-176).

Che Guevara concluiu todo esse estudo indicando o horizonte que pretendia alcançar:

Todo nosso trabalho, deve estar orientado para conseguir que a tarefa administrativa, de controle e direção, vá se convertendo em algo cada vez mais simples e os esforços dos organismos se concentrem na planificação e no desenvolvimento tecnológico. Quando todos os índices estiverem estabelecidos e os métodos e hábitos de controle estejam instaurados, com o avanço da planificação em todos os setores da economia, este trabalho será mecânico e não apresentará problemas sérios. Neste instante, adquirirão sua importância os métodos modernos de planificação e será possível se aproximar do ideal de que a economia seja regida por análises matemáticas e, através dessas análises, escolher as proporções mais adequadas entre acumulação e consumo e entre os diferentes setores da produção; sem se esquecer, é claro, que o ser humano, razão de nossa de nossa Revolução e de nossos anseios, não se pode reduzir a uma mera fórmula, e suas necessidades serão cada vez mais complexas, indo além da simples satisfação das necessidades materiais. Os diferentes setores da produção irão se automatizando, aumentando imensamente a produtividade do trabalhador e o tempo livre será dedicado a tarefas culturais, desportivas, científicas em seu mais alto grau, e o trabalho será uma necessidade social (Guevara, 1982d, p.177).

Logo na sequência Alberto Mora, ministro do Comércio Exterior e defensor do Cálculo Econômico, escreveu o texto *En torno a la cuestión del funcionamiento de la ley del valor en la economía cubana en los actuales momentos*<sup>22</sup> (Nuestra Industria Económica, julho de 1963). A publicação visava responder às ideias apresentadas por Che e seus companheiros sobre o SOF, todavia já no início do artigo explicita que se limitaria às questões da lei do valor. Apesar de ser uma resposta direta a Che, o autor não faz questão de citar diretamente o guerrilheiro em seu texto.

Mora argumenta que a lei do valor, de forma geral, é importante pois regula a economia. O ministro recupera os debates econômicos de Preobrajenski e Bukharin para

---

<sup>22</sup> O texto foi originalmente publicado em junho de 1963 na revista do Comércio Exterior.

afirmar que em oposição a Preobrajenski, Bukharin já argumentava pela continuidade da existência da Economia Política enquanto uma ciência no socialismo<sup>23</sup> (Mora, 2006, p.18). Com a chegada da NEP, segundo Mora, houve:

[...] reconocimiento de la existencia de un sistema mixto, la existencia de un sector privado junto con un sector socializado de la economía, justificaba las manifestaciones prácticas de que la ley del valor seguía funcionando y, por tanto, regulando la organización de la producción (Mora, 2006, p.19).

Mora utiliza a obra *Problemas econômicos do socialismo na URSS*, de Stalin, onde o líder soviético admite a existência da lei do valor dentro da URSS nos anos de 1940, contudo, a lei atuava de forma “limitada”, já que não existiam meios de produção privados e que seu papel era de regular a produção (Mora, 2006, p.20). De modo geral, Mora queria expressar que apesar de posições contrárias, havia um certo consenso em torno da existência da lei do valor como reguladora da produção na URSS.

Alberto Mora resolve regressar em alguns escritos econômicos de Marx, para definir o que seria o “Valor”, mostrando que, segundo Marx, “[...] trabalho socialmente necessário” não é o valor mas sim a “magnitude do valor” (ou seja a medida do valor), mas não o valor em si, assim busca definir o que seria “valor”. O autor compreende que:

[...] solamente un tipo de trabajo crea valor: el trabajo socialmente necesario. Eso es, la aplicación a la satisfacción de una necesidad socialmente reconocida, de los recursos limitados disponibles. Es, pues, precisamente esta relación la que se expresa en la categoría valor; ella es, en sí misma, el valor (Mora, 2006, p.22).

Assim, podemos compreender que a diferente visão de Mora sobre qual seria o papel da lei do valor no socialismo, está na verdade ligada à sua concepção de valor (Vasconcelos, 2011, p.36).

Em suma, seu artigo (que foi sua única contribuição ao debate) serviu para expor sua defesa do CE, já que compreendia que a planificação socialista deveria se utilizar da lei do valor, segundo Joana Salém Vasconcelos:

Mora pensa que o não reconhecimento da existência das leis do valor, como se pratica no SOF, acarretaria erros no plano que comprometeriam a acumulação socialista originária. [...] No SOF (que) é exatamente o contrário. O plano deve reduzir o espaço das ‘liberdades mercantis’ (Vasconcelos, 2011, p.36).

Joana Salém Vasconcelos (2011, p.37) define que “Mora chega perto da economia política clássica, adotando como critério definidor do valor a relação oferta/procura (ou

---

<sup>23</sup> Anteriormente, Rosa Luxemburgo, e o próprio Bukharin, afirmaram que a Economia Política (enquanto uma ciência) chegaria ao fim no socialismo, já que se travava de uma “ciência da economia capitalista”, contudo, Bukharin mudaria sua opinião ao longo dos anos.

recursos/necessidades).” Além do mais, Mora adentrou a teoria marxista para expor sua leitura dos textos de Marx sobre a concepção do valor, e termina o texto reafirmando suas teses, além de concluir que Cuba continuava operando a lei do valor, e também que o setor industrial não constitui “uma só grande empresa” (Mora, 2006, p.26).

Che rapidamente elaborou uma resposta curta para Alberto Mora, chamada *Sobre la concepción del valor* (outubro de 1963, Nuestra Industria Económica). Como o próprio nome do artigo diz, Guevara gostaria de apresentar alguns elementos de resposta a Alberto Mora em relação à sua concepção de valor. O guerrilheiro inicia seu artigo indicando que Mora, ao fazer sua crítica, chama os defensores do SOF de “alguns companheiros”, Guevara o critica por não citar categoricamente as pessoas que estão no debate, para ele, “é bom fixar não somente os conceitos, mas também as pessoas que os sustentam” (Guevara, 1982b, p.178).

Sobre a resposta ao texto de Alberto Mora, Che se preocupa em responder três elementos de sua conclusão. Primeiro, sobre a definição de Mora sobre valor, a qual citamos acima, o Ministro de Indústrias responde da seguinte forma:

Observemos: Mora atribui à frase ‘socialmente necessário’ um sentido diferente do que tem, quer dizer, o de ser necessário para a sociedade, quando na realidade, se exprime aqui como a medida do trabalho que a sociedade, em seu conjunto, necessita fazer para produzir um valor. Mora termina afirmando que a relação entre as necessidades e os recursos é o valor.

É evidente que se a sociedade não reconhece uma utilidade no produto, este não tem valor de troca (daí, talvez, o erro conceitual de Alberto Mora, ao referir-se ao trabalho socialmente necessário), mas não é menos evidente que Marx identifica a ideia de valor com a de trabalho abstrato (Guevara, 1982b, p.179).

Sobre a questão da defesa de Alberto Mora de que a lei do valor pode continuar operando em uma sociedade socialista por meio de um plano econômico central, Guevara responde que, juntamente com a planificação e controle econômico na sociedade socialista, as medidas administrativas que buscarão cada vez mais corrigir os problemas econômicos seriam contrárias à lei do valor, já que a lei busca regular as relações mercantis. Se há um controle econômico realizado por parte da planificação, a lei do valor tem cada vez mais seu funcionamento enfraquecido. (Guevara, 1982b, p.180-181)

Como citamos anteriormente, Alberto Mora afirmou que em Cuba todo setor estatal não tinha se constituído em “uma só grande empresa”. Guevara afirma que quando comentou sobre o tema com Alberto Mora, não se referia a todo setor estatal, mas sim a indústrias ligadas ao Ministério de Indústrias. Argumentou, ainda, saber que na prática todo setor estatal não era (ainda) “uma só grande empresa”, mas que baseia suas afirmações nos conceitos de Marx e Engels sobre a questão de quando um produto se

torna mercadoria ao passar para o consumidor final através da troca:

Consideramos que a passagem de uma oficina à outra, ou de uma empresa para outra, no sistema orçamentário desenvolvido, não pode ser considerado como um ato de troca; simplesmente um ato de formação ou adição de novos valores mediante o trabalho. **Ou seja, se mercadoria é aquele produto que troca de propriedade mediante um ato de troca, ao estarem todas as fábricas dentro da propriedade estatal no sistema orçamentário, onde não se produz este fenômeno, o produto somente adquirirá características de mercadoria quando, chegando ao mercado, passe para as mãos do povo consumidor** (Guevara, 1982b, p.181-182).

Che finaliza seu texto, saudando Mora pela iniciativa de iniciar uma confrontação com as figuras defensoras do SOF. Apesar das divergências e de achar que devia-se ter um cuidado na forma e método da discussão, ele compreende que ali inicia-se a polêmica entre as duas correntes de pensamento sobre o sistema de financiamento, que poderia ser de grande proveito para a ilha e para a formação da teoria marxista.

Em dezembro de 1963, Miguel Cossío, economista e funcionário da Jusplan, escreveu *Contribución al debate sobre la ley del valor* (Nuestra Industria Económica). Cossío, defensor do SOF, também elaborou uma crítica ao texto de Alberto Mora, mas diferente de Guevara, produziu um artigo maior, com mais elementos de resposta ao Ministro do Comércio do Exterior. O autor argumenta que a afirmação de Alberto Mora de que a lei do valor é “un regulador de la producción” não é a verdadeira definição da lei do valor. Para o economista (assim como para Che e demais defensores do SOF), a lei do valor constitui-se necessariamente a base da produção de mercadorias, para ele:

El funcionamiento de la ley del valor no se limita a regular la producción en el capitalismo, sino que tiene un contenido muchísimo más profundo [...] La ley del valor es la forma que adquiere la ley general del trabajo social (inherente a la naturaleza de la sociedad humana) en las sociedades mercantiles. Es, por tanto, una forma *histórica* de manifestarse una ley de la naturaleza, entendido el hombre como su producto y su actividad o trabajo una actividad, que en tanto humana es natural (Cossío, 1982, p.40).

Deste modo, o economista compreende que Mora erra ao confundir a lei do valor com uma lei geral da natureza. No decorrer do texto Cossío adentra uma série de respostas a trechos do texto de Alberto Mora, utilizando-se de textos de Marx, para argumentar que a concepção de valor do ministro era equivocada, além de afirmar, assim como Che, que a existência da lei do valor que opera através do plano econômico não poderia ocorrer, pois a necessidade da planificação é justamente criar formas de desenvolvimento das necessidades econômicas para o povo, não se limitando a regular as relações de trocas mercantis, papel da lei do valor (Cossío, 1982, p.54). Miguel Cossío escreveu apenas esta contribuição ao debate, todavia, o economista apresentou um



grande rigor teórico e metodológico para a defesa da não utilização da lei do valor na economia cubana.

Em meio às publicações em torno da discussão sobre a planificação e lei do valor de Guevara, Mora e Cossío, em junho de 1963, Luis Álvarez Rom, ex-presidente do BNC e Ministro da Fazenda, realizou sua primeira contribuição no artigo denominado *Las finanzas como un método de desarrollo político* (Cuba Socialista) onde visava apresentar a importância que as finanças possuem como um instrumento essencial para o desenvolvimento político e econômico e para uma revolução socialista. Rom busca resumir o debate da transição soviética de 1920, e ao se direcionar a Cuba compreende que se trata de um processo específico de características próprias (Rom, 2006a, p.158). Ao citar os dois sistemas existentes em Cuba, entende que nenhum dos dois (por motivos diferentes) poderiam ser aplicados de forma prática:

En el momento actual, sin embargo, tenemos que reconocer que existen limitaciones que impiden la aplicación práctica con toda su intensidad, de los objetivos que persiguen ambos sistemas; en unos casos, por deficiencias organizativas resultantes de la falta de calificación en el personal disponible y, en otros, por la necesidad de un mayor desarrollo en la conciencia política. Es por eso que el autofinanciamiento resultaría implacable si se estableciera con todas las complejidades de un sistema totalmente elaborado, tal como se aplica en otros países socialistas; y el Sistema Presupuestario no podría contener hoy la finalidad que se propone, porque falta aún base organizativa y desarrollo político (Rom, 2006a, p. 160).

Rom reconhece a existência de algumas leis na sociedade socialista: 1) A lei do desenvolvimento harmônico e proporcional; 2) A lei do valor; 3) O princípio regulador da distribuição dos produtos do trabalho; 4) O princípio da direção econômica sobre a base do centralismo democrático. O texto não se tratou de uma crítica ou defesa de determinado sistema, mas sim de um estímulo às formulações futuras buscando aprimorar alguns conceitos de disciplina financeira (Rom, 2006a, p. 162).

Em novembro de 1963, Carlos Rafael Rodríguez, então presidente do INRA, tem seu texto *“El Nuevo Camino de la Agricultura Cubana”* publicado na Revista Cuba Socialista. O texto é focado no caminho que as indústrias comunistas deveriam seguir, o centralizado (SOF) ou o descentralizado (CE), o objetivo do texto era explicar como funcionava, naquele momento, o setor agrário cubano, após 4 anos da revolução e as duas leis de reforma agrária.

Carlos Rafael Rodríguez nunca elaborou uma resposta direta a Che ou a outros defensores do SOF, todavia, sua defesa da autogestão financeira pode ser vista neste texto. Diferente de outros defensores da autogestão, Rodríguez se preocupou apenas em

explicitar a defesa de uma gestão descentralizada na agricultura cubana, o economista cubano reconheceu a importância da centralização para a planificação no início da reforma agrária, porém, naquele momento já defendia que a centralização poderia levar a “vícios e perigos”, sendo o principal deles o centralismo burocrático, assim defendia a descentralização das granjas agrícolas, dividindo de forma regional. Segundo Rodríguez:

Pero a la vez, la centralización engendra serios vicios y peligros. El centralismo burocrático es el peor de ellos. El método de trazar directivas generales sin tomar en cuenta las peculiaridades específicas de cada localidad conduce en la agricultura a graves errores. Si a ello se acompaña la rigidez centralista que exige que cada decisión local de los administradores sea consultada con el centro nacional, sin que los administradores tengan una esfera de competencia dentro de la cual puedan actuar por su propia responsabilidad, tiende a la formación sistemática de ‘cuellos de botella’, al estancamiento de los problemas y a la desesperación de los trabajadores en la base [...] Por ello también este año de estudio de las condiciones del desarrollo de nuestra agricultura nos condujo a los dirigentes del INRA a la conclusión de que era imperativo eliminar las Administraciones generales que dirigían desde La Habana el conjunto de las granjas ya fueran Granjas del Pueblo o Granjas Cañeras, para sustituirlas por una descentralización en que las granjas resultaren agrupadas sobre una base regional (Rodríguez, 1963, p.81-82).

Para Joana Salém Vasconcelos (2011, p. 46), fica nítido que as divergências entre as ideias de Rodríguez e do SOF, têm uma nova forma em relação às críticas sobre o plano e o mercado, aqui há um caráter gerencial, entre ter um poder central ou poderes descentralizados, sendo mais passível de uma solução. Assim, torna-se evidente que:

[...] é significativo que a refutação das teses de Guevara não tenha sido realizada por Carlos Rafael Rodríguez, que era responsável pelo lugar onde a autogestão financeira se aplicava com maior êxito. Na realidade, Rodríguez interviu na polémica uma só vez e de maneira indireta no artigo sobre a agricultura cubana [...] É provável que, como argui De Santis, o persistente silêncio de Rodríguez possa ser interpretado como um firme propósito de evitar um encontro frontal com Guevara, que tivesse tornado a polémica áspera e pessoal, com os conseqüentes riscos para a unidade do grupo dirigente da Revolução (Paulino, 1982, p.276).

O que fica explícito, acima de tudo, é que INRA era o órgão que administrava outro setor agrário das empresas cubanas, e com a adoção do sistema do Cálculo Econômico era nítido o funcionamento simultâneo do SOF e CE na economia cubana. De um lado, o SOF operava nas empresas do Ministério de Indústrias, e, de outro, o CE operava nas granjas agrícolas administradas pelo INRA.

Em fevereiro de 1964, Che Guevara escreveu o texto *Sobre el Sistema Presupuestario de Financiamiento* (Nuestra Industria Económica), e o texto representou a maior contribuição do guerrilheiro em todo debate, e consistia em apresentar e explicar a defesa do SOF. Para isso, Che retorna aos debates de Marx em *Crítica ao Programa de Gotha* e aos debates ocorridos na URSS, aqui apresentados no primeiro capítulo, para

chegar à conclusão que: 1) “o comunismo é uma meta de humanidade”, e deve haver um avanço de conscientização e liquidação de vícios da antiga sociedade; 2) deve-se procurar as mais avançadas tecnologias no âmbito econômico e adaptá-las à nova sociedade (Guevara, 1982f, p.187).

Sobre as diferenças entre SOF e CE, o Ministro de Indústrias comenta que elas se expressavam de duas formas, uma metodológica/prática e outra de caráter mais profundo. Uma das diferenças, segundo Che, era que a empresa no SOF correspondia a “[...] um conglomerado de fábricas ou unidades que têm uma base tecnológica semelhante, um destino comum para sua produção” (Guevara, 1982f, p.188), já no CE uma empresa teria uma personalidade jurídica própria. Outra diferença enumerada era a questão da utilização do dinheiro, para o SOF o dinheiro só teria a função aritmética, já no CE o dinheiro teria como função ser um instrumento indireto de controle econômico. A consequência seria que as empresas não teriam um fundo próprio no SOF, apenas retirando dinheiro (de uma conta própria) de acordo com o plano de despesa e depositando o lucro obtido, que iria diretamente para o Estado (Guevara, 1982f, p.189).

Outra questão de destaque no texto é a questão do estímulo material<sup>24</sup> em contraste à consciência. No CE, o estímulo material tem grande relevância para o desenvolvimento econômico, já que serve de alavanca para o aumento da produção, mas para os defensores do SOF, o estímulo material deveria existir, mas de forma objetiva e cada vez em menor proporção, já que estaria em contradição com a consciência da *moral socialista*<sup>25</sup>. Che, em seu texto, volta nas questões sobre a lei do valor e a questão dos preços - elementos já apresentados em outras intervenções suas, conjuntamente com as de Alberto Mora e Miguel Cossío - e expõe novamente seu rechaço à lei do valor. Ao final do texto, buscou enumerar as vantagens do SOF: 1) tendência à centralização, permitindo um uso mais racional dos fundos nacionais; 2) maior racionalização dos aparelhos administrativos do Estado; 3) unidades maiores de produção (possíveis pela centralização) permitindo uma maior produção e poupando força de trabalho; 4) sistema de normas único, o que proporciona ser uma “só grande empresa”; e 5) simplificação do controle de investimentos, possível graças aos organismos orçamentados (Guevara, 1982f, p. 200).

---

<sup>24</sup> O estímulo material, grosso modo, trata-se dos salários e, conseqüentemente, do consumo dos trabalhadores. Já o estímulo moral estaria ligado à conscientização revolucionária da classe trabalhadora, por meio da qual os trabalhadores poderiam entender seu papel na transformação social.

<sup>25</sup> Sobre a moral socialista, vários autores marxistas comentam sobre o tema, todavia, por se tratar da concepção guevarista sobre o tema, recomendamos ver o *socialismo e o homem novo* (Pericás, 2018, p. 137-166)

Na sequência foi publicada a contribuição única do Presidente do BNC Marcelo Fernández Font, *Desarrollo y funciones de la banca socialista en Cuba* (Março de 1964, Cuba Socialista). Próximo às ideias do CE, ele procurou apresentar alguns aspectos relacionados ao papel do banco no socialismo. Seu texto buscou apresentar as origens do banco, que nasce junto à sociedade mercantil, além de também expor qual papel o banco poderia assumir no socialismo. É relevante evidenciar que Font comenta as divisões bancárias existentes nos países do bloco socialista europeu, que se dividiram em quatro formas: um banco central; um banco de investimento; um banco de operações internacionais; um banco para as poupanças. E apesar de defender o mesmo modelo de autogestão na economia socialista, diferencia-se ao defender “um banco único do Estado” que poderia exercer as quatro funções, vendo isso como uma tendência futura nos países europeus. O economista ainda explicou que no caso cubano, o BNC detinha sete funções: “1) Regulação da circulação monetária; 2) Centro de ajustamentos e pagamentos do país; 3) Concessão de crédito; 4) Financiamento dos investimentos; 5) Administração de divisas e operações internacionais; 6) Organização das poupanças da população; 7) Controle econômico bancário” (Font, 1982, p. 205), detalhando, na sequência, cada uma delas.

Font tendeu, em seu texto, a se colocar ao lado do CE, já que defendia que o banco deveria possuir uma função de financiador, credor e a existência de uma personalidade jurídica própria, o oposto do defendido pelos idealizadores do SOF, que viam no banco apenas a função de controle dos fundos:

Em nossa opinião, o sistema financeiro que melhores características oferece na atual etapa de desenvolvimento em Cuba é o sistema de autonomia econômica. Estimamos que este sistema oferece melhores condições para atingir dois alvos impostergáveis em nossa economia: disciplina financeira e controle econômico (Font, 1982, p. 210).

O autor ainda comenta que faltava “disciplina financeira” para empresas do SOF em relação a cobranças e pagamentos:

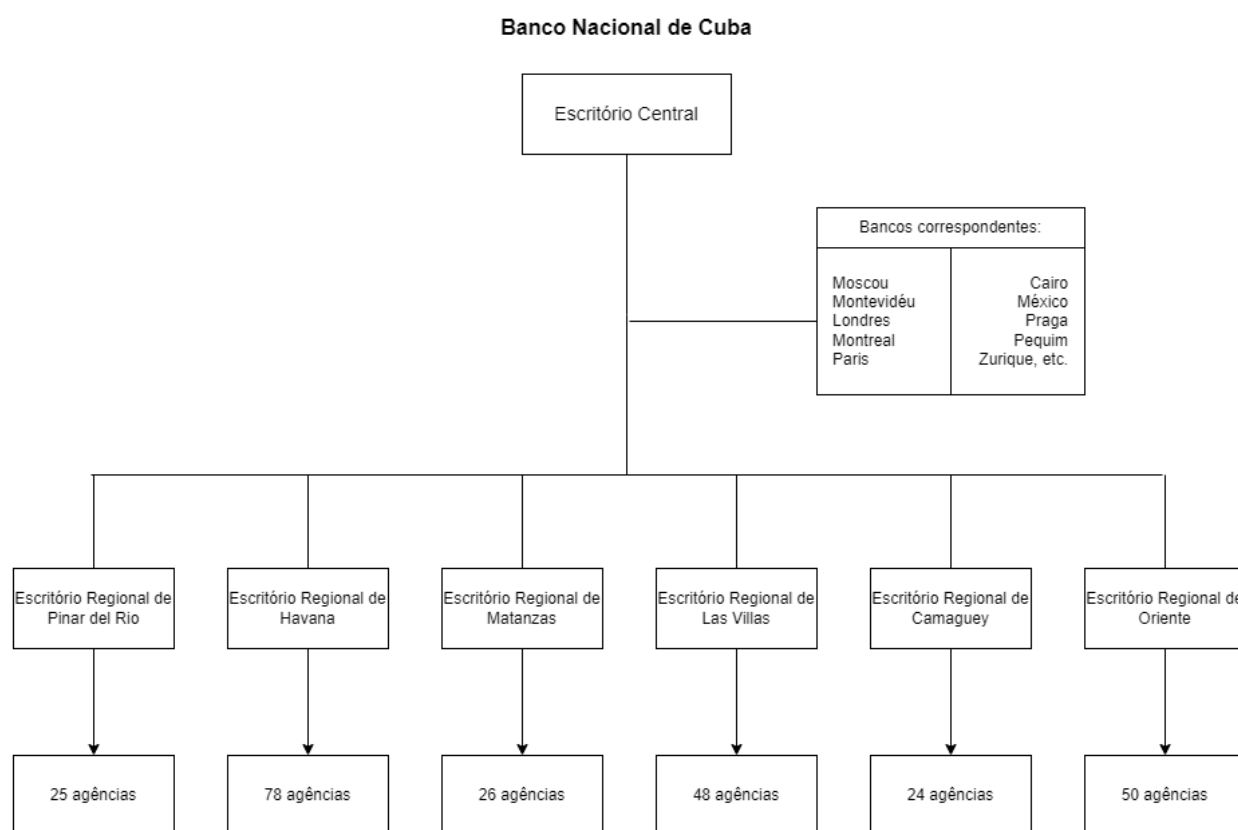
Algumas destas empresas não parecem estimuladas a cobrar suas mercadorias e serviços, pois têm suas despesas cobertas e para elas só representa deixar de contribuir para o orçamento; se para pagar seus salários tivessem que pressionar a cobrança de suas contas, a situação seria outra. O mesmo pode se dizer quanto aos seus pagamentos (Font, 1982, p. 211).

Font assinala que o BNC era um dos órgãos da economia cubana com maior número de funções, e que seu uso seria otimizado no sistema de autogestão e limitado no sistema orçamentário de financiamento, porém, o presidente do BNC se esquivou da

disputa e atribuiu ao governo o papel de manter os dois sistemas funcionando simultaneamente, embora fique claro sua preferência pelo Cálculo Econômico, que permitiria a maior funcionalidade bancária (Font, 1982, p. 212-213).

O autor finaliza o texto expondo um esquema de organização do BNC naquele momento, como podemos ver na figura:

**Figura 4** - Esquema de organização do Banco Central Cubano em 1964



Fonte: Font, 1982, p.213

No mês seguinte, em março de 1964, Che Guevara também elabora um artigo específico sobre a questão bancária como resposta direta a Font, o texto chamado *La banca, el crédito y el socialismo* (Cuba Socialista<sup>26</sup>). Guevara afirma que a análise que Font faz é equivocada, tanto sobre a origem do banco, quanto da sua função. Ao entrar na questão do papel do bancos, em relação ao surgimento das notas bancárias, o guerrilheiro afirma que:

É importante assinalar, para fins posteriores, que o dinheiro reflete as relações de produção; não pode existir sem uma sociedade mercantil. Podemos dizer também

<sup>26</sup> Relevante explicitar que se tratava do primeiro texto do Ministro de Indústrias que foi publicado em outra revista, até aquele momento Che só havia publicado seus artigos na Nuestra Industria Económica, de seu próprio ministério.

que um banco não pode existir sem dinheiro e, finalmente, que a existência do banco está condicionada às relações mercantis de produção (Guevara, 1982e, p. 215).

Por isso, Guevara acreditava que as atividades realizadas pelos bancos se baseavam nas relações mercantis, algo a que ele se contrapunha na sociedade socialista. Ao citar as sete tarefas do banco, que Font afirmava que existiam, Guevara dá atenção a três pontos: a questão do crédito bancário; a questão do investimento; e a gestão do controle econômico bancário, a qual adentra o debate dos dois sistemas de financiamento. Sobre os créditos, utiliza-se de textos de Marx para afirmar que o sistema de créditos é tipicamente inerente ao sistema capitalista de produção. Referente aos financiamentos, contesta Font alegando que não era uma tarefa bancária, mas sim de responsabilidade da Juceplan, já que se tratava de uma tarefa econômico-política (Guevara, 1982e, p. 216-219).

Sobre o debate dos dois sistemas, Che retorna aos argumentos apresentados nos outros artigos publicados por ele, e compreende que Font faz uma análise errônea sobre o papel das empresas do SOF, já que utiliza conceitos da economia clássica para definir o papel do banco, algo rejeitado por defensores do SOF, que viam no banco um protagonismo no sistema capitalista, mas não no socialismo (Guevara, 1982e, p. 220-224).

A primeira intervenção internacional foi feita pelo economista francês Charles Bettelheim, com seu artigo *Formas y métodos de la planificación socialista y nivel de desarrollo de las fuerzas productivas* (abril de 1964, Cuba Socialista) Bettelheim, neste momento, possuía uma grande relevância entre os teóricos marxistas, tendo seus estudos voltados à planificação econômica. Em seu texto, apresentou diversas obras de Marx, Lenin, Stalin e Mao, e defendeu o sistema de autogestão. O artigo, escrito de forma bastante complexa, apresentou argumentos em que compreendia ser irrealista pensar uma “única grande empresa” estatal de produção. O que deveria existir era um plano de planificação centralizado, mas com certa flexibilização econômica, assim havendo uma descentralização no gerenciamento, além de realizar a defesa do uso consciente da lei do valor (Bettelheim, 1982, p. 226-240).

Bettelheim, em outra oportunidade, criticou de forma clara os defensores do SOF, os quais chamou de “subjativistas” e “voluntaristas”, por darem grande relevância ao nível político, mas não possuírem um rigor social e econômico. Pericás sintetiza que Charles Bettelheim “acreditava na época da porfia que o Che queria passar por cima da realidade objetiva e impor um modelo que não condizia com o momento histórico e o contexto do

país” (Pericás, 2018, p. 109). É certo que o economista francês, naquele período, era um defensor do sistema soviético, todavia, é válido ressaltar que ao longo das próximas décadas realizou uma série de auto-críticas, mudando sua opinião.

Em junho de 1964, Ernest Mandel, economista belga ligado à quarta internacional, tratou de rebater o posicionamento de Charles Bettelheim em seu texto “*As categorias mercantis no período de transição* (Nuestra Industria Económica). Assim como Bettelheim, o autor não adentra as questões práticas do debate cubano, não mencionando diretamente o SOF, por exemplo. O economista belga tratou de apresentar uma série de respostas, nas quais afirmava que Bettelheim cometeu erros metodológicos ao analisar textos de Marx e Lênin sobre as categorias mercantis durante o processo de transição (Mandel, 1982b, p 241-249).

Seu posicionamento, não destoou muito daqueles apresentados pelos defensores do SOF, Mandel compreendia a necessidade de um avanço na contabilidade dos custos na sociedade socialista, e apesar de admitir a existência das categorias mercantis nesta fase do socialismo, defendia a luta contínua contra a lei do valor através da planificação socialista, além de defender a necessidade dos estímulos morais (Mandel, 1982b, p. 253-260). Segundo Pericás:

De acordo com Mandel, portanto, no processo de transição eram necessários, objetivamente: um cálculo sério, que pudesse ser eficiente no controle de custos de *todas* as empresas socializadas, a começar pela esfera de meios de produção; uma política global de preços (utilizando as operações de subsídio e de imposto indireto); a tentativa de evitar que estes sofressem distorções; a comparação *constante* dos custos de produção com os preços médios do mercado internacional; o estímulo à pequena produção, principalmente na agricultura (oferecendo mercadorias industrializadas em troca dos produtos agrícolas dos pequenos produtores); e a constituição de uma política de preços que refletisse aproximadamente os valores reais no setor de bens de consumo. Para ele, o aumento do nível de vida dos produtores representava, conseqüentemente, um estímulo para que se incrementasse também o rendimento do trabalho. Mas essas medidas economicistas deveriam ser contrapostas ou balanceadas por políticas estatais de controle estrito e estímulos morais (Pericás, 2018, p. 113).

Anos mais tarde, Ernest Mandel elaborou um espécie de resumo sobre o debate cubano<sup>27</sup>, onde expôs os principais temas debatidos, suas percepções e conclusões.

Assim como Mandel, Che Guevara elaborou uma resposta a Bettelheim, intitulada *La planificación socialista, su significado* (junho de 1964, Cuba Socialista). Tratou-se de uma contribuição breve e a última do guerrilheiro, na qual chamou atenção para dois erros cometidos por Bettelheim em seu texto: 1) uma interpretação errônea da correlação entre

<sup>27</sup> Ernest Mandel, em 1967, escreveu *O debate econômico em Cuba, durante o período 1963-1964*, onde o economista belga teceu comentários sobre sua percepção do debate cubano, além disso, apresentou suas perspectivas para o futuro da economia cubana.

as forças produtivas e as relações de produção; e 2) atribuir à estrutura jurídica uma possibilidade de existência própria. Che repete suas defesas apresentadas nos outros artigos, negando novamente o uso consciente da lei do valor, e reafirmando que a planificação centralizada é o modelo de organização econômica que deve existir na sociedade socialista (Guevara, 1982c, p. 264-267).

Ainda em junho de 1964, na mesma edição da revista Cuba Socialista (Nº 34), Joaquín Infante Ugarte, Diretor de Finanças e Preços do INRA, realizou seu aporte ao debate no artigo *Características del funcionamiento de la empresa autofinanciada*. Assim como Carlos Rafael Rodríguez, Ugarte realizou uma exposição das características das empresas autofinanciadas, ao mesmo tempo em que procedeu sua defesa deste sistema. O texto foi dividido em quatro partes: primeiramente, apresenta as características das empresas; na segunda parte, mostra as desvantagens de não adotar o método de autogestão; na terceira parte, expõe o funcionamento do autofinanciamento das empresas do INRA; e, na última parte, apresenta suas considerações finais (Ugarte, 2006).

Em princípio, Ugarte elenca características fundamentais das empresas autofinanciadas: 1) Gestão planejada, as empresas têm independência de direção, mas suas atividades deveriam operar dentro do plano de economia nacional; 2) “Disponer de receitas para cobrir despesas de produção ou operação e suas obrigações com o orçamento”; 3) Ser rentáveis, alcançar algum benefício ou utilidade como fruto de suas atividades econômicas; 4) Receber do Estado os meios básicos (como maquinaria, equipamentos, etc.) ; 5) Utilizar crédito bancário; 6) Fazer investimentos descentralizados; 7) As empresas devem ter personalidade jurídica própria e sua relação com as demais é por meio de compra e venda; 8) Utilizar em proporção correta os estímulos materiais e morais; 9) Responsabilidade material pelo uso e guarda dos meios concedidos pelo Estado; 10) Usar em benefício da sociedade as categorias econômicas (custos de produção, salário, preço e sistema fiscal); 11) Elaborar a condição financeira (registrando todas as operações de contabilidade); 12) a existência de um controle financeiro feita por órgãos centrais, Banco Nacional e Ministério da Fazenda (Ugarte, 2006, p. 109-131).

Posteriormente o autor elenca os problemas das empresas que não usam o sistema de autogestão. As empresas ligadas ao SOF apresentavam como suas características (grosso modo) o oposto das enumeradas pelo autor como fundamentais nas empresas de autogestão. Os problemas seriam:

- a) Falta de relación entre los gastos de producción de las empresas y los bienes materiales útiles creados [...]
- b) La variación espontánea de los



medios de rotación a nivel de las empresas, sin que puedan ser controlados por los organismos financieros. c) Límite del Banco Nacional en el control y la fiscalización de los créditos tomados por las empresas [...] d) No garantiza la reproducción simple y restarle operatividad a las empresas [...] e) Limitar la utilización racional de los medios básicos entre las empresas [...] f) No permitir el control automático, entre las empresas de la calidad de los productos y la posibilidad de influir directamente en los surtidos, al eliminarse las relaciones entre las mismas a base de la compra-venta. g) Limitar el aumento de la producción y de la productividad del trabajo [...] (Ugarte, 2006, p. 132).

Já sobre as empresas do INRA, comenta que cada vez mais se consolidava o sistema de autogestão, mostrando o quão eficiente o sistema se apresentava na redução de custos e no aumento da produtividade, inclusive apresentando dados financeiros positivos de uma empresa de tabaco. O autor finaliza o texto argumentando que não negava alguns benefícios que poderiam existir no SOF, mas que o sistema não condizia com a conjuntura cubana, e que poderia ser utilizado em uma “etapa mais avançada” (Ugarte, 2006, p. 133-135). Assim como Carlos Rafael Rodríguez, Ugarte estava convencido que o Cálculo Econômico era o melhor sistema de financiamento para a economia cubana, já que estavam preocupados com a redução de custos e o aumento da produtividade, e via também nos avanços tecnológicos soviéticos o horizonte do desenvolvimento econômico.

No mês seguinte, Luis Álvarez Rom escreveu sua segunda contribuição. O artigo denominado *Sobre el método de análisis de los sistemas de financiamiento* (julho de 1964, Cuba Socialista). O ministro da Fazenda argumenta que inicialmente escreveria sobre o financiamento de investimentos, mas com os artigos de Che e Ugarte publicados na edição anterior da revista, decidiu escrever sobre o método de análise sobre os sistemas. Mais especificamente, Rom elabora uma análise e respostas a alguns pontos do texto de Joaquín Infante, o autor se limita a comentar alguns pontos: o segundo, no qual Ugarte expõe argumentos dos erros em não adotar o sistema de autofinanciamento, e o quarto, que são as considerações finais de Ugarte sobre o tema (Rom, 2006b, p. 139)

Sobre os erros em não adotar o sistema de autofinanciamento, como apresentamos acima, Ugarte listou uma série de argumentos e Rom respondeu a cada um deles. O autor se utiliza de textos marxistas e respostas já elaboradas por Che Guevara ao longo do debate para dizer que, de forma geral, Ugarte não adentra de forma adequada a discussão sobre ambos os sistemas. Ao mesmo tempo, Rom condena suas críticas em variadas esferas sobre o funcionamento do SOF. (Rom, 2006b, p. 140-152)

Já sobre a conclusão de Ugarte, onde afirmava que o SOF até detinha certas vantagens e que sua aplicação deveria ser realizada em uma etapa “mais avançada”, Luis

Álvarez Rom finaliza seu texto contestando que:

Tomada en consideración lo que el autor del artículo considera como desventajas y perjuicios del Sistema Presupuestario de Financiamiento, no acertamos a adivinar las ventajas que en algunos aspectos le reconoce. Sin embargo, lo fundamental del párrafo que hemos transcrito está en la contradicción, o más bien confusión, que entraña.

Si el autor propugna la implantación del Sistema de Autofinanciamiento hoy - tránsito del capitalismo al socialismo -, si afirma que este sistema es el método adecuado en la 'etapa del socialismo', si la próxima etapa es el comunismo, ¿en qué momento sería de aplicación el Sistema Presupuestario de Financiamiento? (Rom, 2006b, p. 152).

Em dezembro de 1964, na mesma edição da Nuestra Industria Económica, são publicados os dois últimos textos do “El Gran Debate”. Um deles foi o artigo de Mario Rodríguez Escalona, vice-ministro do Ministério da Fazenda, intitulado *La concepción general de las finanzas en la historia y el Sistema Presupuestario de Financiamiento en el periodo de transición*<sup>28</sup>. A contribuição consistiu em um recorrido histórico elaborado por Escalona onde comenta a importância das finanças, desde o período feudal, discorrendo sobre a transição para o capitalismo, a mudança das características econômicas e início das relações mercantis (Escalona, 2006, p.190-205). Em seguida, aborda a transição socialista na Rússia, desde os conceitos marxistas iniciais, até os primeiros debates sobre a existência de categorias mercantis no socialismo, encabeçado pelas formulações de Lênin na Revolução Russa a partir da introdução da NEP (Escalona, 2006, p. 206-209).

Ao adentrar a questão cubana, Escalona argumenta que as especificidades da revolução Cuba, ao expropriar as empresas filiais dos monopólios estadunidenses, ajudaram na organização das empresas do SOF:

Podemos decir, pues, que como técnico, el antecesor del Sistema Presupuestario de Financiamiento el monopolio imperialista radicado en Cuba, y que había sufrido ya las variaciones inherentes al largo proceso de desarrollo de la técnica de conducción y control, que va desde los albores del sistema monopolista hasta nuestros días, en que alcanza sus niveles superiores.

Ese desarrollo técnico, especialmente en la contabilidad, ayudó al trabajo de nacionalización llevado a cabo por la revolución, y facilitó, de manera indirecta, cierto ámbito financiero de la natural confusión que provoca un acontecimiento de profundas raíces sociales (Escalona, 2006, p. 211).

Destaca, porém, que vários fatores contribuíram para a perda de parte da “organização, contabilidade, controle e saber” que havia nas empresas capitalistas, como: medidas derivadas de ordem política e econômica; a imigração de força de trabalho qualificada das empresas de difícil substituição imediata; e “conceitos imaturos” no início

<sup>28</sup> Originalmente o artigo foi produto de um pronunciamento feito por Mario Rodríguez Escalona em 17 de outubro de 1964 na Universidade Central de Las Villas.

da revolução sobre procedimentos organizativos e de controlos estabelecidos nas empresas, que foram destruídos pelo simples fato de serem capitalistas (Escalona, 2006, p. 211-212). O vice-ministro da Fazenda realça como era a existência do SOF naquele momento, ressaltando seu otimismo com seu desenvolvimento:

El Sistema Presupuestario de Financiamiento se encuentra operando solamente en nuestro país y está aún en las primeras etapas de su desarrollo, pero creemos firmemente que su esquema de acción, convenientemente desarrollado, puede elevar la eficacia de la gestión económica del Estado socialista, profundizar la conciencia de las masas y cohesionar más el sistema mundial socialista sobre la base de una acción integral (Escalona, 2006, p. 214).

Já na parte final do texto, também argumenta em favor das vantagens do SOF, que em suma eram: a organização centralizada visando um maior controle de custos, o rechaço ao uso da lei do valor no processo produtivo e a defesa do avanço nos estímulos morais (como a possibilidade de consolidação do sistema), sempre referenciando-se nas contribuições de Guevara e Rom (Escalona, 2006, p. 221-226).

O outro artigo foi de Alexis Codina, chamado *“Experiencias sobre el control en el sistema presupuestario”*. Trata-se de uma breve contribuição na qual o autor busca indicar suas experiências nas empresas do sistema orçamentário durante os anos de 1961-1964. Compreende (assim como Escalona) que a tomada das empresas dos monopólios ianques facilitou nos processos de contabilidade, já que as indústrias eram equipadas para isso, mas que ao mesmo tempo a dificuldade concentrou-se na escassez de força de trabalho qualificada. Codina indica que ao longo dos dois primeiros anos o governo buscou aprimorar o processo de contabilidade e também a centralização das empresas (Codina, 2006, p. 250). Já nas conclusões em defesa das empresas no SOF, enumerou alguns aspectos da aplicação do sistema: 1) o SOF contribuiu para evitar e para controlar a anarquia nos primeiros anos da revolução; 2) permitiu um controle centralizado (com um certo grau de eficiência) das fábricas; 3) permitiu manter uma certa disciplina; 4) permitiu desenvolver uma consciência coletiva nos dirigentes das fábricas; 5) tornou-se necessário um estudo mais aprofundado da parte prática do sistema, levando em consideração as distintas fábricas, para superar algumas falhas, como problemas com investimentos menores, incorporações de oficiais, etc. (Codina, 2006, p. 254-255).

O debate foi encerrado ao final de 1964, permanecendo naquele momento os dois sistemas de financiamento. Guevara deixou Cuba em 1965, partindo para a guerrilha no Congo, e morreu em 1967, na luta armada na Bolívia. Todavia, em abril de 1965, em um das últimas cartas a Fidel Castro, ainda debatera a questão econômica no socialismo,

cada vez mais convencido dos erros soviéticos (que de fato se afundavam nas contradições econômicas). O guerrilheiro até compreendia a importância dos estímulos materiais como alavanca do desenvolvimento, mas argumentava que “El interés material individual era el arma capitalista por excelencia y hoy se pretende elevar a la categoría de palanca de desarrollo, **pero está limitado por la existencia de una sociedad donde no se admite la explotación**” (Guevara, 1965, p. 3, grifo nosso). Che estava convencido do grande papel da consciência dos trabalhadores para o avanço do socialismo:

Nosotros pretendemos que nuestro sistema recoja las dos líneas fundamentales del pensamiento que deben seguirse para llegar al comunismo. El comunismo es un fenómeno de conciencia, no se llega a él mediante un salto en el vacío, un cambio de la calidad productiva, o el choque simple entre las fuerzas productivas y las relaciones de producción. El comunismo es un fenómeno de conciencia y hay que desarrollar esa conciencia en el hombre, de donde la educación individual y colectiva para el comunismo es una parte consustancial a él (Guevara, 1965, p. 4-5).

Ao final da carta resume qual era sua pretensão de funcionamento do SOF e apresenta os problemas que seriam enfrentados, e para os quais ainda não teria encontrado todas as respostas:

En resumen, eliminar las categorías capitalistas: mercancía entre empresas, interés bancario, interés material directo como palanca, etc, y tomar los últimos adelantos administrativos y tecnológicos del capitalismo, esa es nuestra aspiración. [...] Nosotros tenemos una gran laguna en nuestro sistema; cómo integrar al hombre a su trabajo de tal manera que no sea necesario utilizar eso que nosotros llamamos el desestímulo material, cómo hacer que cada obrero sienta la necesidad vital de apoyar a su revolución y al mismo tiempo que el trabajo es un placer; que sienta lo que todos nosotros sentimos aquí arriba. [...] Nosotros no hemos hallado respuesta todavía y creo que hay que estudiar un poco más esto. La respuesta tiene que estar íntimamente relacionada con la economía política de este período y el tratamiento que se les dé a estas cuestiones debe ser integral y coherente con la economía política (Chevara, 1965, p. 6-7).

### 3.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE

É válido ressaltar que apresentamos os elementos essenciais de cada contribuição, porém os artigos não se resumem apenas a estes pontos. Em todos os textos, os autores se utilizaram de uma grande variedade de contribuições complexas da teoria marxista para realizar a defesa de seus posicionamentos em cada tema do debate, fica evidente que cada tema (A organização das empresas; A importância relativa dos estímulos materiais, Papel da lei do valor; Natureza estrita dos meios de produção estatizados.) poderiam ser em si mesmos temas únicos de pesquisa. De modo geral, podemos observar que se tratou de um debate extremamente respeitoso (ainda que existissem algumas respostas mais acaloradas, aqui comentadas) devido ao fato de estarem

localizados no auge dos debates conjunturais do rumo do país.

Fica evidente notar que a NEP influenciou de forma direta as discussões do debate cubano. A defesa ou não da lei do valor e suas demais implicações, já podiam ser visualizadas nos primeiros debates dos bolcheviques, que se viam em apuros com parte da produção na mão do campesinato, campesinato esse que podia especular em cima do governo revolucionário. De fato, em um primeiro momento, o uso da NEP buscava regular as relações mercantis entre campo e cidade evitando a escassez, deste modo, era uma política tática, mas ao longo dos anos foi ganhando adeptos soviéticos que compreendiam que a livre circulação de mercadoria podia servir de alavanca para o desenvolvimento da sociedade socialista. No stalinismo, a “coletivização forçada” buscou resolver a questão campesina e acabar com as relações mercantis entre o campo e a cidade. Já na década de 1950, as reformas econômicas após o stalinismo buscaram aprimorar a descentralização industrial soviética, levando a uma economia de livre concorrência em diversos setores da economia, aliada a uma grande burocracia estatal (Vasconcelos, 2011, p.43-44). Desde a NEP, e, principalmente, a partir das ideias reformistas de 1950 no bloco socialista europeu, constituiu-se, assim, o sistema do Cálculo Econômico.

Estes conceitos debatidos no bloco socialista, aliados às análises de Marx, Engels e Lênin sobre a transição socialista, foram a luz do debate cubano. Apesar de já apresentar este conceito ao longo desta pesquisa, retomamos para compreender que os defensores do Cálculo Econômico no debate cubano defenderam, em diferentes graus, as ideias de autogestão e autofinanciamento. Alguns acreditavam na utilização do sistema apenas para desenvolvimento mais eficaz da indústria, outros já defendiam o sistema como organização econômica de uma sociedade socialista em que a livre circulação de mercadoria se desse de forma geral, mas com regulação feita a partir de um plano econômico, isso pode ser visto nas análises dos autores que realizaram a defesa do CE no debate cubano (Guevara, 2006).

Deste modo, para compreendermos o debate, devemos, metodologicamente, separá-lo em sua parte prática, e sua parte teórica. A separação é apenas para entender que no nível teórico a divergência era quase que inconciliável, já que tratavam-se de duas concepções diferentes da organização econômica no socialismo. Para os defensores do SOF, o rechaço à lei do valor; a organização das empresas centralizadas por um órgão central; e o controle dos custos de produção e dos preços deveriam seguir uma rígida administração. Já para os defensores do CE, cuja influência dos manuais soviéticos era perceptível, os principais argumentos eram a defesa da organização descentralizada dos

órgãos de produção, o uso da lei do valor visando a maior eficiência na produção e, conseqüentemente, um grande estímulo material (Vasconcelos, 2011, p. 27).

Já no campo prático, a defesa do desenvolvimento industrial em Cuba era compreendido pelos dois lados. A existência dos dois sistemas mutuamente em diferentes setores é uma prova de que os dois lados ainda buscavam aprimorar seus modelos, e a lei que regulava a existência visava esse desenvolvimento. Che Guevara reconheceu que o SOF apresentava falhas ligadas à burocratização e à falta de eficiência de determinadas empresas (Vasconcelos, 2011, p. 47.), ao mesmo tempo em que via na prática a descentralização do setor agrícola cubano e dos países europeus apresentarem uma certa eficiência de produção, mesmo que o guerrilheiro enxergasse como um modelo de produção próximo ao modo capitalista.

Ao longo do tempo, por outro lado, Carlos Rafael Rodríguez (que na parte administrativa, tratou-se do principal “rival” de Guevara no debate, já que presidia o INRA), em um discurso de homenagem a Che, no vigésimo aniversário da sua morte, comenta suas percepções sobre o “El gran Debate” e sua relação amistosa com Guevara:

Se ha escrito mucho en el extranjero, y hay hasta libros hablando de las contradicciones del Che con algunos compañeros, y particularmente se me señala a mí. Yo tengo como orgullo el poder decir que, aunque algunas contradicciones existieron, en lo fundamental, en lo esencial, al abordar el problema económico, estuvimos siempre profundamente identificados y trabajamos juntos, con otros compañeros, para imponer un poco de orden en la economía cubana y por establecer aquello que para nosotros es vital: el control económico, cualquiera que sea el punto de partida (Rodríguez, 2006, p. 321).

Na sequência, Rodríguez reconheceu que as ideias de Guevara para controle dos custos e aumento de produção através de uma avançada contabilidade eram algo à frente do seu tempo:

Y el Sistema Presupuestario se basaba, en primer término, en el uso de las técnicas contables más avanzadas y una de la computación electrónica. En este terreno, Che, anticipándose a su tiempo, con una visión larga que él tuvo siempre, comprendió lo mucho que la naciente utilización de la computación podía dar a la economía como auxiliar valioso del control económico en todos los aspectos. Y una contabilidad fuerte, junto con una computación utilizada universalmente, eran la base del Sistema Presupuestario que él defendía (Rodríguez, 2006, p. 321).

Pericás ainda nos mostra que, para Guevara, a defesa da aplicação do SOF era exclusivamente para o momento histórico cubano, já que suas preocupações eram essencialmente de ordem prática. Isso não quer dizer que o guerrilheiro concordasse com o autofinanciamento em outros casos, mas que os elementos obtidos de cada revolução deveriam levar a um rigor cada vez maior no modelo econômico por meio do qual viria a

ser conduzido o processo de transição (Pericás, 2018, p. 197-198).

Podemos aqui entender que o “empate” obtido no debate é fruto dos pontos positivos e negativos de cada um dos sistemas, que continuaram a coexistir na ilha ao longo dos anos. Ernest Mandel posteriormente reconheceu os pontos positivos e negativos de ambos os sistemas, e defendeu existir um aprimoramento entre os sistemas, levando a uma espécie de sistema combinado, caracterizado por uma “autogestão democraticamente centralizada” (Mandel, 1982a, p. 168). A preocupação do economista belga era justamente alinhar uma organização menos burocratizada pelo centralismo, à redução do uso das categorias mercantis na sociedade socialista.

O debate, apesar de estar situado no campo econômico, era uma disputa essencialmente política sobre a forma de organização social que seguiria em Cuba. Os personagens que realizaram a discussão estavam preocupados, acima de tudo, sobre como funcionaria a dinâmica da produção na ilha, que ao apresentar elementos sociais novos em relação a outros países socialistas, necessitava de novas formas de organização. Além disso, os personagens não pautaram a discussão tendo como horizonte os números obtidos em uma nova produção, mas sim objetivavam que a nova organização econômica levasse a melhores condições de vida da população e ao avanço da sociedade comunista. Já em nível mundial, o debate representou novas discussões sobre a organização da sociedade socialista, até então muitas vezes pautada por um único tipo de organização, indicado nos manuais soviéticos.

Ademais, apesar de não se tratar da análise principal feita neste trabalho, é válido ressaltar que a especificidade do caso cubano está alinhada à sua posição na divisão internacional do trabalho. Seu papel como país dependente, exportador de cana-de-açúcar e de seus derivados, possibilitou uma diferente organização na economia, tanto na organização prática com a utilização das indústrias do monopólios imperialistas, quanto na questão da consciência da população, além é claro de se tratar de um país de dimensões geográficas mínimas. Assim, Cuba aparentou ter muito mais unidade na organização da indústria e do campo do que a URSS, por exemplo, mas isso não impediu, é claro, a existência de divergências internas.

Finalizamos compreendendo aqui, que os méritos dos dirigentes cubanos em avançar no debate da transição socialista foi histórico, mostrando aos comunistas de todo o mundo que não deveriam seguir à risca os manuais econômicos soviéticos, mas sim que precisavam questionar, aprimorar e aplicar, só assim seria possível avançar na organização da economia na sociedade socialista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar os debates econômicos ocorridos em Cuba de junho de 1963 a dezembro de 1964, e nossos questionamentos procuraram compreender quais foram as contradições ocorridas em torno dos diferentes sistemas de financiamento: Sistema Orçamentário de Financiamento e Cálculo Econômico.

No primeiro capítulo, buscamos apresentar os primeiros conceitos da teoria marxista sobre a transição socialista, realizada por Marx, Engels e Lênin. Na teoria marxista, pudemos compreender que nas primeiras formulações não existiu uma espécie de manual de como funcionaria a sociedade socialista, Marx e Engels compreendiam que o fim do capitalismo estava ligado às contradições que existiam entre as forças produtivas e o modo de produção capitalista. A revolução socialista, levada a cabo pelo proletariado, nasceria no seio da antiga sociedade e traria consigo as contradições do direito jurídico, e conseqüentemente, as desigualdades sociais. O proletariado, que tomaria o Estado, teria a tarefa de utilizá-lo para desenvolver as novas forças produtivas, ao mesmo tempo em que o Estado definiria Lênin buscou aprimorar os conceitos de Marx e Engels sobre como ocorreria este processo, mas como não se tratava de um manual, não haviam noções de como se comportaria a organização da economia na transição socialista.

Ainda na primeira parte do trabalho, procuramos compreender e debater as primeiras medidas econômicas na transição socialista realizada na Revolução Russa de 1917. Vimos que na Rússia, a dificuldade de coletivizar a produção agrária, trouxe diversos problemas para a planificação econômica. Em um primeiro momento, a Guerra Civil impôs a necessidade de se adotar a política do Comunismo de Guerra, por meio da qual toda a economia foi voltada para a guerra civil, expropriando o excedente do campesinato. Após a guerra civil russa, houve a necessidade de acabar com a escassez e controlar a revolta campestre, foi através da adoção da NEP que se possibilitou a utilização das trocas mercantis entre cidade e campo. Naquele momento foi realizado um debate entre duas linhas do partido bolchevique, a esquerda, liderada pelas ideias de levguêni Preobrajenski, que compreendia a necessidade de avançar sobre a burguesia agrária através das taxações e da criação da *Acumulação Socialista Primitiva*, o que possibilitaria o desenvolvimento de um setor industrial avançado. Já a direita do partido bolchevique, liderada por Joseph Stalin e Nikolai Bukharin, defendeu a manutenção da NEP, entendendo a possibilidade de existência de um livre mercado no campo. Após diversas crises de escassez, a política da NEP foi encerrada por Stalin no final da década



de 1920, iniciando-se a coletivização forçada no campo.

Já no segundo capítulo, analisamos o início da organização econômica na Revolução Cubana. Cuba, que era um país agrário exportador, necessitou de um processo de desenvolvimento social acelerado para criação das condições mínimas de sobrevivência econômica. A tentativa de invasão, impulsionada pelas forças estadunidenses, acendeu a necessidade da declaração do caráter socialista da revolução. Assim, a ilha se aproximou e recebeu o apoio dos países socialistas da Europa e da Ásia, o que possibilitou o desenvolvimento da indústria manufatureira na ilha. Contudo, a necessidade de força de trabalho qualificada, e a falta de matéria-prima provocaram a escassez de produtos no país.

No último capítulo, apontamos a influência que as reformas iniciadas na URSS tiveram no debate cubano. As políticas econômicas defendidas no bloco socialista europeu, naquele momento, buscavam as descentralizações das empresas estatais, o impulso causado pela livre concorrência entre as empresas e o aumento dos estímulos materiais dos trabalhadores, como as grandes alavancas de desenvolvimento social em meio às crises de crescimento econômico da metade do século XX. O sistema de financiamento das empresas ficou conhecido como Cálculo Econômico ou autofinanciamento.

Já Cuba, que ainda aprimorava sua indústria, influenciada pelo debate do bloco socialista, entrava em um debate sobre qual o melhor sistema de financiamento. Existiam dois sistemas: o Cálculo econômico, ou sistema de autofinanciamento, no qual sua organização se assemelhava à dos países socialistas europeus; e o Sistema Orçamentário de Financiamento, no qual a apropriação da organização contábil das empresas dos monopólios estadunidenses expropriadas permitiu a organização do sistema, tendo como figura principal Che Guevara. Cabe ressaltar que o SOF representou um sistema original, elaborado pelas características da ilha, sendo a revolução cubana pioneira em formular e adotar esse modelo econômico próprio.

Os defensores do SOF, contrários ao Cálculo Econômico, defendiam a organização centralizada das empresas, o rechaço a relações mercantis entre elas, e consequentemente, o rechaço ao uso da lei do valor na produção, além da defesa cada vez maior de estímulos morais. O debate constituiu-se na série de textos publicados em revistas oficiais do governo, onde diversos autores ligados a setores da economia cubana contribuíram, defendendo as características do sistema que reivindicavam. Ao final do debate, vimos que não houve uma vitória de um sistema sobre o outro, o uso dos dois

sistemas continuou ocorrendo em Cuba nos anos posteriores.

Assim, ressaltamos que este trabalho foi uma tentativa de elucidar o quão importante foi esse breve debate e o que ele pode proporcionar para o desenvolvimento da teoria marxista. Esta pesquisa evidenciou que Cuba trouxe elementos únicos para a compreensão da transição socialista, as especificidades de ser um país dependente latino-americano possibilitaram uma nova dinâmica de organização na economia socialista. Contudo, ressaltamos que a alternativa de um novo sistema apresentado não eliminou as contradições que podem existir nesta sociedade, o SOF apresentou diferentes obstáculos, ainda que tenha contribuído na busca por um aprimoramento em relação ao sistema de autofinanciamento, até então hegemônico. Assim, compreendemos que ainda é necessário um aprimoramento teórico e prático de um sistema de financiamento na transição socialista.

Por fim, salientamos a necessidade de uma maior atenção ao debate econômico sobre a transição socialista, mais especificamente em relação ao debate cubano, ainda pouco examinado. A exigência existe por dois motivos: primeiro, por uma necessidade de memória, sobre o quão importante foi a contribuição de todos os camaradas cubanos no desenvolvimento da teoria marxista, principalmente latino-americana. E em segundo lugar, por uma necessidade de aprimoramento dos conceitos debatidos, os quais o movimento comunista necessita para novas formulações, buscando compreender a realidade material existente no momento de transformação social. Pontuamos, ainda, que nesta pesquisa não pudemos nos debruçar sobre a questão da dependência cubana em sua totalidade, de forma que faz-se necessária uma análise futura mais minuciosa sobre quais são as implicações desta característica latino-americana para a organização da economia socialista em Cuba.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A Revolução de Outubro de 1917 e a planificação econômica socialista. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 22-38, ano XII, nov./2017.

BAMBIRRA. Vânia. **La revolución cubana: una reinterpretación**. 2. ed. Ciudad de México. Editorial Nuestro Tiempo, S. A, 1973.

BETTELHEIM, Charles. Formas e métodos do planejamento socialista e nível de desenvolvimento das forças produtivas. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982. p. 226-240.

CODINA, Alex. Experiencias sobre el control en el sistema presupuestario. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 245-255.

COGGIOLA, Osvaldo. **Teoria econômica marxista: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSSÍO, Miguel. Contribución al debate sobre la ley del valor. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 37-58.

ENGELS, F. **Anti-Dühring: A revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2015.

\_\_\_\_\_. Friedrich Engels a August Bebel (março de 1875). In: MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 51-59.

\_\_\_\_\_. MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESCALONA, Mario R. La concepción general de las finanzas en la historia y el Sistema Presupuestario de Financiamiento en el periodo de transición. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 190-227.

FONT, Marcelo. F. Desenvolvimento e funções do sistema bancário socialista em Cuba. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982. p. 202-213.

GOMES, L. H. M. A Economia Política da Transição ao Socialismo: a Contribuição de Ernesto Che Guevara. **REBELA**, v.6, n.1. p. 84-106, jan/abr. 2016.

GUEVARA, E. **Algunas reflexiones sobre la transición socialista [Carta a Fidel Castro – abril 1965]**. Cátedra Che Guevara e Colectivo Amauta. Na internet: <https://www.lahaine.org/amauta/b2-img/CheFideltransicion.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006.

\_\_\_\_\_. **Textos Econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982a.

\_\_\_\_\_. A concepção do valor. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982b. p. 178-182.

\_\_\_\_\_. A planificação socialista e seu significado. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982c. p. 261-267.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre o custo de produção como base para a análise econômica das empresas sujeitas ao sistema orçamentário. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982d. p. 172-177.

\_\_\_\_\_. O sistema bancário, o crédito e o socialismo. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982e. p. 214-225.

\_\_\_\_\_. O sistema orçamentário de financiamento. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982f. p. 183-201.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2017.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Últimos escritos econômicos**. São Paulo: Boitempo, 2020. Livro Eletrônico

MORA, Alberto. En torno a la cuestión del funcionamiento de la ley del valor en la economía cubana en los actuales momentos. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 17-28.

PAULINO, Analdino Rodrigues. Notas. GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982. p. 268-287.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. 2. ed. São Paulo: Boitempo. 2018.

PREOBRAZHENSKI, levguêni. As perspectivas da Nova Política Econômica. In: **A nova política econômica - NEP: capitalismo de Estado, transição e socialismo**. Organização, tradução e introdução Antonio Roberto Bertelli. São Paulo. Global, 1987. p. 231- 252.

RODRÍGUEZ, Carlos. R. El Nuevo Camino de la Agricultura Cubana. **Cuba Socialista**. Havana, n. 27, p. 71-98, nov. 1963.

\_\_\_\_\_. Sobre la contribución del Che al desarrollo de la economía cubana. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 319-349.

ROM, Luis. A. Las finanzas como un método de desarrollo político. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006a. p. 154-162.

\_\_\_\_\_. Sobre el método de análisis de los sistemas de financiamiento. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006b. p. 137-153.

VASCONCELOS, Joana Salém. Acumulação socialista originária e o debate econômico da transição em Cuba. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 19, p. 21-49, dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929). **Verinotio**, n. 18, p. 28-45, out. 2014.

UGARTE, Joaquín Infante. Características del funcionamiento de la empresa autofinanciada. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 108-136.

WOOD, Neal. **The Social History of Political Theory**. *Political Theory*, vol. 6, n. 3, p. 345- 367, Aug, 1978.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA ECONOMIA CUBANA E NO MUNDO SOCIALISTA - DA REVOLUÇÃO AO DEBATE

Anos	Acontecimentos
1955 - 1965	Período de reformas nas economias socialistas do leste europeu. URSS, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Iugoslávia e Polónia, de formas diferentes, iniciam processos de abertura de um livre mercado e descentralização da economia planificada.
1º de Janeiro de 1959	<b>Triunfo da Revolução Cubana</b>
10 de Janeiro de 1959	Reconhecimento da URSS do governo revolucionário cubano.
17 de Maio de 1959	Primeira Lei de Reforma Agrária, a qual destruiu o latifúndio em Cuba, redistribuindo a terra a pequenos produtores. Também cria-se o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra)
Outubro de 1959	Início dos acordos económicos de Cuba com a URSS para exportação de açúcar e investimentos na ilha.
8 de Outubro de 1959	Che Guevara assume a diretoria do Departamento de Industrialização (DI) ligado ao Inra. O departamento era responsável pelas fábricas que haviam sofrido intervenção estatal. Em 1960, o DI administrava 60% de todas as indústrias de Cuba.
26 de Novembro de 1959	Che Guevara é nomeado presidente do BNC
Janeiro de 1960	Primeiras medidas de embargo económico a Cuba feitas pelos EUA, além da proibição de viagens turísticas aos seus cidadãos. Cuba inicia um processo de troca na exportação, o principal destinatário deixa de ser os EUA e se torna a URSS.
02 de Março de 1960	Discurso de Che Guevara na Universidade de Havana: <i>O papel da universidade no desenvolvimento económico de Cuba</i>
20 de Março de 1960	Discurso de Che Guevara <i>Soberania Política e Independência Económica</i>
6 de Julho de 1960	Promulgação da Lei n. 851, que confisca e nacionaliza as empresas estadunidenses. Consolidação do controle estatal na indústria.
19 de Fevereiro de 1960	Criação da Junta Central de Planificação - Jusplan
21 de Outubro de 1960	Che Guevara inicia sua viagem aos países socialista (Guevara passou por Tchecoslováquia, URSS, Alemanha Oriental, Hungria, Coreia do Norte e China). Na viagem, a comitiva cubana conseguiu negociar exportações de açúcar, investimentos para instalações de empresas de diversos setores e empréstimos.

Novembro e Dezembro de 1961	O DI inicia a implementação do SOF em algumas fábricas. O sistema seria implementado de forma mais ampla nos anos posteriores
06 de Janeiro de 1961	Entrevista de Che Guevara sobre a viagem aos países socialistas. Na entrevista Che conta aos cidadãos cubanos as negociações feitas e sua percepção sobre os países do bloco socialista.
23 de Fevereiro de 1961	Che Guevara deixa a presidência do BNC e se torna ministro de Indústrias de Cuba.
15 de Abril de 1961	Tentativa de invasão aérea dos EUA à ilha
16 de Abril de 1961	<b>Declaração de Fidel Castro afirmando o caráter "socialista" da revolução cubana</b>
17 a 20 de Abril de 1961	La Batalla de Girón (Invasão da Baía dos Porcos)
30 de Abril de 1961	Discurso de Che Guevara: <i>A Classe Operária e a Industrialização em Cuba.</i>
Julho de 1961	Texto de Guevara <i>Discussão coletiva: Decisão e responsabilidade únicas.</i>
30 de Abril de 1962	Discurso de Che Guevara: <i>Homenagem aos operários padrões.</i>
<b>Junho de 1963 - Dezembro de 1964</b>	<b>Período do "El Gran Debate"</b>



## APÊNDICE B – CONTRIBUIÇÕES DO DEBATE EM ORDEM CRONOLÓGICA

Nome do Artigo	Autor	Data	Revistas
Consideraciones sobre los costos de producción como base del análisis económico de las empresas sujetas a Sistema Presupuestario*	Che Guevara	Junho de 1963	Nuestra Industria Económica
En torno a la cuestión del funcionamiento de la ley del valor en la economía cubana en los actuales momentos**	Alberto Mora	Junho/Julho de 1963	Comércio Exterior/Nuestra Industria Económica
Las finanzas como un método de desarrollo político	Luis Álvarez Rom	Junho de 1963	Cuba Socialista
Sobre la concepción del valor	Che Guevara	Outubro de 1963	Nuestra Industria Económica
El Nuevo Camino de la Agricultura Cubana	Carlos Rafael Rodríguez	Novembro de 1963	Cuba Socialista
Contribución al debate sobre la ley del valor	Miguel Cossío	Dezembro de 1963	Nuestra Industria Económica
Sobre el Sistema Presupuestario de Financiamiento	Che Guevara	Fevereiro de 1964	Nuestra Industria Económica
Desarrollo y funciones de la banca socialista en Cuba	Marcelo Fernández Font	Fevereiro de 1964	Cuba Socialista
La banca, el crédito y el socialismo	Che Guevara	Março de 1964	Cuba Socialista
Formas y métodos de la planificación socialista y nivel de desarrollo de las fuerzas productivas	Charles Bettelheim	Abril de 1964	Cuba Socialista
Las categorías mercantiles en el periodo de transición	Ernest Mandel	Junho de 1964	Nuestra Industria Económica
La planificación socialista, su significado	Che Guevara	Junho de 1964 (N.34)	Cuba Socialista
Características del funcionamiento de la empresa autofinanciada	Joaquín Infante Ugarte	Junho de 1964 (N.34)	Cuba Socialista
Sobre el método de análisis de los sistemas de financiamiento	Luis Álvarez Rom	Julho de 1964	Cuba Socialista

La concepción general de las finanzas en la historia y el Sistema Presupuestario de Financiamiento en el periodo de transición	Mario Rodríguez Escalona	Dezembro de 1964	Nuestra Industria Económica
Experiencias sobre el control en el sistema presupuestario	Alexis Codina	Dezembro de 1964	Nuestra Industria Económica

\* Em azul os artigos que defenderam o Sistema Orçamentário de Financiamiento.

\*\*Em vermelho os texto que defenderam o Cálculo Econômico